

## UTOPIAS NÃO MORREM<sup>1</sup>

Sobre o Centro de Formação e Reflexão (C.F.R.) do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (M.E.P.E.S.)

Depoimento de PAOLO NOSELLA<sup>2</sup>

**O objetivo** deste depoimento é contar a história do Centro de Formação e Reflexão (C.F.R.) do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (M.E.P.E.S.) relacionada à minha trajetória pessoal.

**Fontes:** memória, depoimentos, documentos.

**Método:** cronológico, seguindo a linha do tempo.

Quanto à relação entre historiografia e história, faço minhas as palavras do amigo e historiador Andrea Del Col:

A história não é o passado, mas a reconstrução do passado por meio de fragmentos documentários que chegaram até nós e conforme a ótica dos interesses historiográficos atuais. (Del Col, 2008, 1).

Portanto, também neste depoimento existem interesses historiográficos, pautados, porém, em datas, fatos, depoimentos e documentos. Ou seja: meu interesse é narrar, documentando, minha participação no M.E.P.E.S., visando a resgatar a concepção original do C.F.R., sua 'arqueologia' e importantes momentos de seu percurso. Com isso, viso a impulsionar, hoje, o Movimento da Pedagogia da Alternância do Brasil na original direção da criação de um Curso superior em Pedagogia da Alternância, de fluxo contínuo, e um Centro Nacional de Pesquisa e Formação desse movimento.

Colaborei com o MEPES em três formas e momentos:

Como **colaborador religioso (1966-1972)**

1. Como **funcionário do MEPES (fev. de 1973 a jan. de 1977)**
2. Como **professor universitário (fev. de 1977 até hoje)**

<sup>1</sup> Depoimento solicitado por Sergio Zamberlan, visando a integrar seu trabalho: *MEPES, o início da longa caminhada 1963-1980*. O texto, *in process*, poderá sofrer retificações de conteúdo e complementações (Epílogos).

<sup>2</sup> Licenciado em Filosofia, na Itália, onde nasceu em 1942. Em 1967, outubro, veio ao Brasil. Participou da criação das primeiras escolas da Pedagogia da Alternância e do Centro de Formação e Reflexão do MEPES. Fez mestrado e doutorado em Filosofia da Educação na PUC/SP. Professor titular de Filosofia da Educação na Universidade Federal de São Carlos/SP (UFSCar). Hoje, aposentado, atua como colaborador do PPGÉ da mesma Instituição e é pesquisador Sênior do CNPq. Livros, entre outros: *Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil* (EDUFES, 2013); *Instituições escolares- por que e como pesquisar* (Alínea Editora, 2013); *Ensino Médio à luz do pensamento de Gramsci* (Alínea Editora, 2016); *A escola de Gramsci* (Cortez Editora, 2017). [nosellap@terra.com.br](mailto:nosellap@terra.com.br)

## 1. Colaborador religioso (1966-1972)

1966-1967

Na Itália (Florença), no ano de 1966, encontrei<sup>3</sup> padre Umberto Pietrogrande, jovem sacerdote jesuíta, recém ordenado e prestes a retornar, missionário, ao Brasil, no Estado do Espírito Santo (Anchieta).<sup>4</sup> Eu tinha 23 anos. Era seminarista jesuíta, portanto, 'irmão religioso' mais novo do Padre Umberto. Cursava o 2º ano de filosofia, no Instituto 'Aloisianum' de Gallarate (Va. It.). Ao término, cogitava ser missionário na República do Chade, país localizado no centro-norte da África, onde pretendia passar o período formativo denominado 'magistério'.<sup>5</sup>

Pietrogrande, bem conhecido entre nós mais jovens, contou-me, em Florença, sobre seus planos de trabalho no Espírito Santo, onde os jesuítas administravam cinco paróquias: Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo do Sul, Piúma, Anchieta. Seu plano se inspirava na filosofia pastoral do Papa Paulo VI e do Concílio Ecumênico Vaticano II. Na essência, afirmava-se que 'a paz era filha da justiça' e que a Igreja Católica precisava 'sair das sacristias', dinamizar as lideranças locais, mesmo sendo, às vezes, não crentes ou, como se dizia, mesmo sendo 'cristãos anônimos', isto é, pessoas de bem. Nesse espírito, Pietrogrande pretendia reunir as lideranças das cinco paróquias capixabas criando um complexo movimento de promoção sócio educacional da região. Para ele, portanto, os modernos sacerdotes não deviam se restringir na administração dos sacramentos. Deviam promover iniciativas de caráter social para elevar o nível econômico, cultural e religioso das populações. Para esse projeto, Pietrogrande pretendia apoiar-se, institucionalmente, nas cinco paróquias administradas pelos seus confrades, contando com o apoio de numerosos amigos de sua cidade na Itália, Pádua.

Essa conversa com Padre Umberto e as relações de amizade com colegas brasileiros, bolsistas no Instituto de filosofia de Gallarate, acabaram me desviando do 'projeto África'. Pietrogrande, enfim, 'seduzira-me' para seu projeto capixaba, ajudado pelo fato de ser, no Estado do Espírito Santo, numerosa a imigração italiana. Assim, ao término dos estudos de filosofia, embarquei no navio cargueiro 'Gêmini', no porto de Bagnoli, Nápoles (It.), desembarcando no porto de Tubarão, em Vitória do E. Santo,

3 O encontro ocorreu por ocasião da grande enchente daquele ano, quando, para ajudar na limpeza e recuperação, estudantes do mundo inteiro lá acorreram.

4 Em 1962, Pe. Umberto Pietrogrande havia chegado pela primeira vez no Brasil. Após um breve período em Salvador (Bahia), foi a São Leopoldo, R.S., para cursar Teologia. Ia passar as férias escolares em Anchieta, Estado do Espírito Santo. Em 07 de dezembro de 1964, é ordenado sacerdote, em São Leopoldo. Em janeiro de 1965, foi ser professor no seminário menor dos Jesuítas de Anchieta. Durante essas permanências, elaborava sua concepção de 'intervenção' pastoral nessa área. Em 11 de dezembro de 1966, celebrou a 1ª Missa em Padova (It.), sua cidade. Na oportunidade, criou a A.E.S. (Associação dos Amigos do Estado do Espírito Santo), fundamental apoio para seu projeto pastoral de Educação Promocional do Espírito Santo. Teve importante contato com a Escola Família Agrícola de Castelfranco Vêneto, cuja fórmula didática da Pedagogia da Alternância conquistou sua simpatia. Pensou que semelhante escola seria oportuna também para o Brasil. Em agosto de 1967, Pe. Umberto retornou ao Brasil, centrando suas forças na criação do MEPES (Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo). No Brasil, seu nome será "Pe. Humberto Pietrogrande".

5 No percurso formativo dos Jesuítas, denomina-se 'magistério' o período, de dois a três anos, entre os estudos de filosofia e os de teologia. Era um estágio, num colégio ou numa paróquia, visando ao amadurecimento psicológico do candidato/seminarista antes dos estudos de teologia, última etapa para ser ordenado sacerdote.

em 28 de outubro de 1967. Ou seja, fui ‘parido’, aos 25 anos, no litoral capixaba, onde os meus ‘irmãos Jesuítas’ me aguardavam.

Fiquei impressionado com o contraste entre a beleza da natureza e a feiura das ruas do centro de Vitória nas proximidades do prédio da Alfândega. Os refrigeradores do ar condicionado pingavam imundas gotas nas camisas dos pedestres sem que ninguém se incomodasse com isso. Eram muitos edifícios, mas tudo parecia feito sem cautela, sem precisão, expressão de um ‘progresso’ industrial grosseiro que visava exclusivamente ao lucro imobiliário.

Passei minha primeira noite em Anchieta, pequena cidade praiana do interior capixaba, obviamente, na residência dos Padres Jesuítas. Meu quarto era parte do histórico prédio paroquial, hoje importante museu nacional, onde o santo Padre José de Anchieta faleceu. Aí passei minhas primeiras semanas de Brasil, para aprender a língua e me adaptar à nova realidade.

Aos poucos, o primeiro impacto negativo do desembarque, dissolveu-se nos doces e amplos horizontes do mar que misturava as águas salgadas às do rio Beneventi. O que mais me conquistou foi o acolhimento respeitoso e amigável das pessoas simples (pescadores, camponeses, comerciantes, empregados em geral) que trabalhavam ‘direto’, de sol a sol, de segunda feira a domingo.

Na comunidade dos Jesuítas de Anchieta, muito se comentava sobre o ‘projeto pastoral’ do jovem Padre Humberto Pietrogrande. Corria amizade profunda entre Pietrogrande e Claudio Perani, dois jovens sacerdotes italianos, colegas Jesuítas, vindos missionários ao Brasil. Destacar essa amizade significa também comentar duas visões de atividades ‘apostólicas’, identificadas no princípio de que ‘a paz é filha da justiça’ e que, portanto, o clero devia deixar de ser igrejeiro para defender os oprimidos; divergentes, entretanto, quanto às implicações práticas. O projeto capixaba de Pietrogrande era considerado, nos bastidores, **intervencionista**, pois pretendia programar ações específicas de intervenção social, enquanto o do Perani era **não diretivo**, pois visava, sobretudo, a refletir as motivações histórico-sociais dos movimentos populares brasileiros de libertação, dando-lhes visibilidade e voz para potencializar sua força política.

Com efeito, o Pe. Claudio Perani, inspirando-se no Centro de Estudos Sociais de Milão (em intercâmbio com Pe. Giampaolo Salvini), focou seu trabalho na criação do C.E.A.S. (Centro de Estudos e Ação Social), isto é, na criação de um grupo de pensadores e pesquisadores que publicaram (e ainda publicam) uma importante revista, os *Cadernos do CEAS*. Em outras palavras, Perani visava a

apresentar, comentar e analisar a realidade brasileira, acompanhando as lutas por direitos humanos, liberdades democráticas e melhores condições de vida, tendo em vista a ampla participação das classes populares na construção de uma sociedade independente, livre e justa. (In: Epígrafe nas contracapas dos primeiros Cadernos do CEAS).

Pietrogrande, de outro lado, sem negar-se a criar uma ‘semelhante’ equipe pensante, achava todavia que precisava também ‘intervir praticamente’ na realidade econômica e social de alguma região, por meio de complexas iniciativas de ordem educativo promocional, para criar um ‘modelo inspirador’ de desenvolvimento moderno.

Essa ‘diferença’ entre os dois projetos, nos bastidores jesuítas, era bastante dedatida por nós jovens seminaristas. Cabe ainda observar que Pietrogrande, talvez com espírito de fraterna competição, sem renunciar à sua ideia ‘intervencionista’, não descartava criar

no M.E.P.E.S. um Centro de Formação e Análise Teórica, que acabou denominando de Centro de Formação e Reflexão (C.F.R.). Costumava dizer que esse Centro de Reflexão devia ser o coração do Movimento, para sua constante revisão crítica bem como de apoio às atividades.

Esses bastidores, que aqui resumi, representam a ‘arqueologia’ do C.F.R. do MEPES, desconhecida de muitos.

Retomando a história passo-a-passo.

## 1968

Em fevereiro de 1968, após breve permanência em Anchieta, precisei mudar minha residência para o Colégio dos Padres Jesuítas em Cachoeiro de Itapemerim (E.S.), onde ministrava aulas de francês. Participava, todavia, regularmente, das reuniões do MEPES, em Anchieta, para onde, mais tarde, acabei, de novo, transferindo minha residência.<sup>6</sup>

Vivia ‘grudado’ no Pe. Humberto, líder absoluto e carismático do movimento.

Uma segunda pessoa de destaque era o engenheiro Dr. Euzébio Terra, agrônomo da Associação de Crédito e de Assistência Rural do Espírito Santo (A.C.A.R.E.S.), entusiasta da fórmula didático-pedagógica da Pedagogia da Alternância. Vivia repetindo: “a Pedagogia da Alternância é um ôvo de Colombo”. Todavia, quando o assunto era o Centro de Formação e Reflexão, ele discordava da palavra ‘formação’ e, mais ainda, da palavra ‘reflexão’. Para ele, precisávamos apenas de um eficiente Centro de Treinamento: - “Formação? -dizia-, óbvio!, tudo é formação. Reflexão? Ora, ora, todo mundo reflete.” Mesmo assim, aos poucos, Dr. Terra acabou concordando com a sigla C.F.R., mais vencido, penso, que convencido. Ao contrário, para Pietrogrande, que não esquecia o colega e amigo Caudio Perani do CEAS de Salvador, o CFR devia ser um Centro de Estudos e Pesquisa, muito mais do que um simples espaço para treino dos instrumentos (mediações) didáticos da Pedagogia da Alternância. Devia ser um refinado centro de reflexão crítica sobre o processo de desenvolvimento regional, nacional e internacional. Por isso, para ele, a sigla C.F.R. precisava permanecer na sua integralidade. Ou seja, a equipe dirigente inicial (Pietrogrande, Euzébio Terra, Mário Zuliani e outros), pragmaticamente, concordou com a sigla, embora, filosoficamente, evidenciasse importantes diferenças conceituais e práticas.

A terceira pessoa de destaque era, como disse, o Prof. Mario Zuliani<sup>7</sup> que concordava

6 Em Cachoeiro, no início do ano, ocorreu-me um fato ‘curioso’: as senhoras do Rotary Clube haviam-me convidado para proferir palestra sobre o projeto da escola feminina na forma didática da Pedagogia da Alternância. Haviam tido conhecimento dessa original proposta e desejavam conhecê-la melhor: ‘uma semana na escola em tempo pleno, outra fora dela etc.’. Na verdade, as senhoras rotarianas a entendiam como uma escola profissionalizante para preparar empregadas domésticas: -*finalmente, uma escola para as moças mais pobres prepararem uma limonada, um chá nas nossas residências!* Falei que não era esse o objetivo da escola. Ao contrário. A Escola visava a preparar lideranças femininas para o desenvolvimento integral da região. Algumas dessas senhoras, escandalizadas, foram falar para o Bispo que eu teria levantado o pano vermelho que cobria a mesa do conferencista, gritando: “*Eis a solução para o Brasil!*”. Mentira. Mas o Bispo aconselhou o Padre Reitor do Colégio (Pe. Gino Zatelli) no sentido de eu mudar de residência, de Cachoeiro para Anchieta. Uma vez que meu desejo era trabalhar com Pe. Pietrogrande, assim aconteceu: “do limão, se fez uma limonada”.

7 O Prof. Mario Zuliani era Coordenador do C.P.A. (Centro de Promoção Agrícola) de Ásolo, Treviso, Itália, quando aí estagiava o grupo de jovens capixabas bolsistas enviados pelos MEPES. Entre eles, Osmar Longui que, infeliz e repentinamente, faleceu (junho de 1967). Mario acompanhou o corpo de Osmar até sua terra natal ou seja, até o MEPES. Na ocasião, foi também ‘seduzido’ pelo projeto de Pe. Pietrogrande que o convidou. Mario aceitou e retornou ao Espírito Santo em novembro de 1968. Foi,

com a palavra ‘formação’, menos, porém, com a palavra ‘reflexão’. Para Zuliani, o Centro de Formação devia ser, sobretudo, um Centro Pedagógico, expressão que sempre utilizou, até nos últimos anos de vida. Ou seja, com base em sua experiência italiana<sup>8</sup>, pensava, sobretudo, nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), cujo objetivo era, no pensamento dele, marcadamente profissionalizante, isto é, a formação de técnicos agrícolas. Consequentemente, pensava que o objetivo do CFR devia se restringir à formação pedagógica dos monitores (professores/educadores) dessas escolas.

Eu concordava mais com Pietrogrande, até porque para nós, jovens aspirantes jesuítas, o CEAS de Salvador, desdobramento, como disse, latinoamericano do Centro de Estudos Sociais de Milão, representava, na época, a iniciativa pastoral mais avançada e prestigiada dos Jesuítas no Brasil, algo que nos empolgava. Para nós, portanto, o CFR do MEPES precisava ir muito além de um Centro Pedagógico. De certa forma, devia reproduzir o próprio CEAS e com vantagens, porque no MEPES seria também um centro incentivador de ‘intervenções’ socio-educativas práticas, consideradas pastoralmente necessárias, por exemplo, o Hospital/Escola, as Creches Infantis, além das próprias EFAs.

Hoje, portanto, concluo que, desde o começo, o MEPES foi marcado, mesmo sem declarada polêmica, pela mesma divisão que Pier Paolo Pasolini afirmava existir na história das esquerdas progressistas:

A ‘esquerda’ é objetivamente dividida por uma grande *spaccatura* [divisão] histórica que separa os defensores da cultura humanista dos defensores da subcultura tecnológica. (2012, 1693).<sup>9</sup>

Em outras palavras: desde o primeiro ano de existência, no MEPES, havia uma divisão: de um lado, o Dr. Euzébio Terra e o Prof. Mario Zuliani (e muitos outros) privilegiavam a dimensão tecnicista e, de outro, Pe. Humberto Pietrogrande e eu (e outros) privilegiávamos a formação de cultura geral, humanista, respeitando as tendências individuais de cada jovem. Os primeiros queriam, sobretudo, técnicos agrícolas modernos, produtivos, empreendedores; os segundos pensavam formar dirigentes de cultura, políticos de nova cepa.

Hoje, nesse sentido, seria interessante analisar a atividade e as intenções das lideranças femininas desses inícios. Penso que elas não defendessem a cultura tecnológica e sim a formação geral, ampla e humanista. Também o 1º coordenador do C.F.R., Umberto Noventa, privilegiava a cultura geral, enquanto, a maioria dos técnicos agrícolas (nem todos), privilegiavam a dimensão profissionalizante, tecnicista. Os nomes são muitos e a divisão (*spaccatura*) apontada por Pasolini certamente existia, embora o clima ‘romântico pioneirístico’ dos inícios dissolvesse qualquer radicalismo e polêmica teórico-práticos.

O ano de 1968, para mim, foi um ano de inúmeras reuniões: no Centro de  
 certamente, a alma pedagógica das EFAs do MEPES.

<sup>8</sup> Para informações mais detalhadas sobre a criação do MEPES e o intercâmbio Itália/Brasil, ver os trabalhos de Sérgio Zamberlan: **MEPES – o início da longa caminhada- 1963-1980**, (mimeo) bem como o de João Martins: **Oportunidades do menino que não usava tamancos**, Gráfica e Editora Formar, Vitória, 2018 e o de Janinha Gerke de Jesus, **Formação dos Professores na Pedagogia da Alternância – saberes e fazeres do campo**. GM Editora, Vitória, 2011.

<sup>9</sup> Davide Lajolo entrevistando Pasolini. In: Revista semanal *Giorni, Vie Nuove*, em 30/06/1971, sob o título de *Botta e risposta sui fatti che scottano*. In: Pasolini, p. 1693, 2012.

Espiritualidade Pe. José de Anchieta (C.E.S.P.A.) dos Padres Jesuítas em Anchieta, nas cinco paróquias, nas ‘capelas’ e também na capital do Estado, com lideranças locais, agricultores, autoridades civis, religiosas e acadêmicas. Permanecia eu sempre ao lado do Pe. Humberto que me apresentava como seminarista jesuíta, colaborador do MEPES.

Entretanto, importa lembrar que, se Pietrogrande abria-me as portas das famílias do interior, quem abria as portas ao Pietrogrande (e, indiretamente, também a mim) eram duas lideranças femininas, professoras da região, Maria Marcon e Áurea Martins que, com Carla Grossoni, ministravam cursos de ‘economia doméstica’ pelo interior. Maria e Aurea haviam sido enviadas à Itália, em janeiro de 1968, para estagiarem nas Escolas Família Agrícola da região vêneta,

aí aprenderam a metodologia, e, ao retorno ao Brasil, organizaram semelhante trabalho junto às famílias, adaptando as reuniões à realidade local. (...) Em rodízio mensal, durante dois anos, [as duas professoras] visitavam as capelas organizando encontros de três dias, por 6/7 vezes ao ano e ministrando cursos teórico-práticos. Por meio desse trabalho capilar as duas jovens mulheres espalhavam nas comunidades a ideia e possibilidade de enviar seus filhos/as às EFAs que o MEPES planejava abrir nos quatro municípios com a colaboração da população local. (In: Grossoni, Carla. *Domme nel MEPES*, p. 2, e-mail de 02 de outubro de 2020, ao autor).

Com efeito, a historiografia em geral é masculina, pois a maioria dos autores são homens, entretanto, a história real, frequentemente, é feminina, como é possível confirmar por essa citação.

## 1969

No ano de 1969<sup>10</sup>, foram inauguradas no MEPES três escolas: E.F.A. de Olivânia-Anchieta, E.F.A. de Alfredo Chaves, E.F.A. de Rio Novo do Sul.<sup>11</sup> Minha atividade principal, sem deixar de participar de inúmeras reuniões, consistiu em viajar de ‘perua rural’, passando de Escola em Escola, visitando líderes da região, fazendo serões culturais, reunindo professores (monitores) e ministrando palestras para alunos. Escutava queixas e pensava em soluções junto aos operadores e ao próprio Pe. Humberto. Em Olivânia, pernoitava na escola. Era um trabalho ‘gostoso’, como disse, pelo espírito de aventura, pioneirismo e romantismo. Minha função unia competências de supervisor educacional, orientador vocacional, professor de Moral e Cívica e de Religião. Era visto como seminarista jesuíta, não propriamente como operador/funcionário de MEPES, era um ‘operador atípico’, um pouco ‘de fora’, sem carteira de trabalho assinada (a *azulzinha*), ‘de dentro do poder’, por pertencer à instituição religiosa que sustentava o movimento. Às vezes, funcionava também como

10 Nesse mesmo ano, em Salvador, saiu o primeiro nº dos Cadernos do CEAS. Ver, CEAS, 25 anos de Cadernos do CEAS (entrevista).

11 A E.F.A. de Olivânia inicia no dia 10 de março de 1969, com 27 jovens. Era um *curso supletivo de dois anos com orientação de “Agricultor técnico”* (...). A EFA de Alfredo Chaves inicia em março de 1969, num primeiro tempo para jovens de maior idade, na perspectiva de se tornarem Monitores, o que, de fato, não ocorreu. Entretanto, de certa forma, esse curso representa um primeiro germe do CFR, coordenado pelo próprio Prof. Mario Zuliani que, ao mesmo tempo, dirigia a escola de Olivânia e de Alfredo Chaves. (...) O plano anual de formação de Monitores articulava-se em nove alternâncias, intercalando sessões escolares com sessões no meio familiar. (...) A 3ª turma ‘rio-novense’ iniciou em 23 de março de 1969, com 20 adolescentes, com idade de 14 a 17 anos. (Informações extraídas do citado trabalho de Sérgio Zamberlan).

'professor coringa', útil para preencher eventuais 'janelas' do horário de aulas e ministrar serões culturais etc.

Existia entre os 'operadores' (monitores e funcionários) das primeiras EFAs difusa ideia de que o método da Pedagogia da Alternância representasse um anticurrículo oficial, cujo certificado do MEPES de conclusão de curso aparecia como um antidiploma glorioso. Com efeito, as EFAs eram cursos 'livres', com certificado de *Agricultor Técnico*.<sup>12</sup>

Nesse particular, isso me lembrava o clima dos antigos seminários para sacerdotes, onde o currículo oficial e o diploma escolar do Estado eram, a dizer pouco, hostilizados: - 'Para que diploma? Para que currículo do Estado se a Escola da Pedagogia da Alternância era muito melhor?' Essa ideologia tinha seu lado positivo, pois motivava e entusiasmava os operadores das EFAs, mas, de outro, funcionava como 'censura' aos desejos 'heréticos' de alunos que desejassem 'voar' alto ou longe da profissionalização técnico-agrícola. Como antigamente negava-se aos seminaristas o diploma escolar oficial para impedi-los (ou dificultá-los) de abandonar o espaço clerical, nas EFAs criticavam-se os currículos e os diplomas oficiais no intuito (talvez, inconsciente) de 'fixar' os alunos no campo. Lembro um fato: uma noite, um aluno de Olivânia me esperou na porta da 'perua rural' e pediu, por favor, quase temeroso de ser descoberto, que lhe proporcionasse um livro/manual de Moral e Cívica, pois pretendia prestar a seleção na Escola Técnica de Campos/RJ. Obviamente, providenciei, pois eu não cansava de repetir: há dois pecados mortais na educação do homem do campo: o primeiro é forçá-lo ao êxodo rural negando-lhe os básicos recursos materiais, científicos e tecnológicos para sua evolução; o segundo é 'prendê-lo' ao campo por meio da profissionalização precoce, do doutrinamento ideológico e da negação do diploma oficial, como se o trabalho no campo fosse seu destino fatal, sua obrigação moral, esquecendo que não se pode, nem deve-se, prender ninguém por meio de artifícios ideológicos e burocráticos. A escola, instrumento de cultura máxima para a pessoa se expressar e decidir livremente, visa a formar dirigentes para o desenvolvimento orgânico de seu território de origem, permanecendo ou não, fisicamente, nele.

A construção física da Escola da Família Agrícola de Rio Novo do Sul me cativou. Escrevi um pequeno texto sobre essa simples, mas adequada arquitetura escolar que articulava 'pedagogicamente' a secretaria com a sala de aula, dormitório, refeitório, pátio, horta etc.. Tudo organicamente centrado na ideia da alternância pedagógica entre o tempo-espaco-escolar e o tempo-espaco-extraescolar.<sup>13</sup>

O ano de 1969 foi determinante, para mim, na aquisição do conhecimento da região e das primeiras EFAs do MEPES, sobretudo, no entendimento do sistema de educação denominado de Pedagogia da Alternância.

## 1970

No meu percurso formativo com os Jesuítas, o biênio 1968/69 representou o 'magistério', isto é, como disse, o período em que o seminarista alcança maturidade antes de iniciar os estudos teológicos e, ao final, ser ordenado sacerdote. Não sei se o

<sup>12</sup> Só em 1972, o diploma seria reconhecido e autorizado pelo CEE (Conselho Estadual de Educação), correspondente à 5ª e 6ª séries.

<sup>13</sup> O texto foi mimeografado. No momento, não disponho dele.

meu magistério provou essa maturidade. Em todo caso, em março de 1970, fui enviado para os estudos teológicos (bacharelado) no Rio Grande do Sul, em São Leopoldo, no Instituto Cristo Rei, departamento de Teologia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), instituição pertencente aos Jesuítas do sul do Brasil.

Estudar, conviver com colegas e professores, debater os fundamentais problemas das ciências humanas são atividades importantes. Fui um bom aluno, participativo, estudioso. Naquele ano, Pe. Claudio Perani, Diretor do CEAS de Salvador, solicitou-me um ensaio: “*Chance aos agricultores, uma iniciativa para o Desenvolvimento Rural: realizações do Mepes, Inspiração e Metodologia.*” Escrevi o texto que foi publicado na Revista do CEAS nº 8, outubro de 1970. Perani redigiu, na segunda parte, sua análise crítica: “*Feições próprias do MEPES; perspectivas em outras áreas (possibilidade no Nordeste?); abordagem da problemática religiosa*”.<sup>14</sup>

O MEPES e a Pedagogia da Alternância haviam grudado na minha alma. A relação com Pe. Humberto era excelente. Todo fim de semana alongado e nas férias de verão tomava ônibus noturno para Vitória ou Guarapari. Alguém do movimento ia me buscar em Iconha, na estrada. Em Anchieta, encontrava sempre novidades. No mês de maio, fora criada a maternidade, embrião do Hospital:

um pequeno hospital rural onde a população encontrasse um primeiro nível de assistência, sobretudo as gestantes que estavam próximas ao parto. Os casos mais complicados eram transferidos para o Hospital de Vitória longe 80 quilômetros. Pouco a pouco em Anchieta criou-se um grupo de operadores sanitários entre os quais encontrou trabalho também minha irmã como ostétrica” (Grossoni, 2016, 35, 36).

Pensava-se numa Escola Família de Enfermagem em alternância, objetivando preparar

líderes e técnicos no campo da saúde para atuação nas comunidades do interior. (...) Num prédio adaptado (antigo colégio) e cedido ao MEPES pelos Pes. Jesuítas. As iniciadoras: Irmã Zilma Paiva, enfermeira de nível superior e D. Nancy Ramos Rosa, parteira. (...) Era a semente lançada. Em final de 1970 uma equipe de três médicos, recém formados no Rio De Janeiro e com aspirações ao trabalho de promoção da saúde, assumiu o trabalho no Mepes estruturando o CCS (Centro Comunitários de Saúde), dando-lhe uma fisionomia bem definida. (In: MEPES, 1976, p. 134).

Nessas frequentes visitas, minhas conversas vertiam, sobretudo, sobre a criação do C.F.R., uma vez que a experiência de Olivânia (ver nota 10 deste) mostrava que havia necessidade de uma estrutura e coordenação específicas para a formação dos novos monitores. Em surdina, mas nem tanto, meu nome era sempre ventilado como futuro coordenador do C.F.R.. Os estudos teológicos não permitiam que ficasse no Espírito Santo. Petrogrande sabia disso e nem achava ruim: afinal, um coordenador de um Centro que deveria ser o coração crítico e propulsor do movimento precisava de muito preparo, muito estudo.

O mês de julho era estratégico para visitantes ao MEPES de Anchieta: férias na Europa e no Brasil. Na metade desse mês, ocorreu a visita do Prof. Jean Charpentier. Zamberlan escreve:

<sup>14</sup> Em plena ditadura militar, não se assinavam as matérias dos Cadernos do CEAS. Porém, mais tarde, Perani, ainda Diretor do CEAS, enviou-me um certificado reconhecendo minha autoria das primeiras 12 páginas do texto. Guardo esse documento, datado a 30 de outubro de 1978.

a formação de quadros era algo que merecia atenção, principalmente a que se refere a monitores, buscando ser fiel às origens do movimento, isto é, às Escolas-Famílias-Francesas” (Zamberlan, *idibem*, p. 126).

Como relatado, a primeira turma de monitores se formara na Itália em 1966/67, na Escola Família Agrícola de Castelfranco, inspirada nos moldes pedagógicos das Casas Familiares Ruraris francesas<sup>15</sup>. Em seguida, na Escola de Olivânia tentou-se formar uma segunda turma de monitores. Sem êxito. Faltava um ambiente e uma metodologia apropriados. Jean Charpentier e a Senhora Magui, sua esposa, iam à Argentina trabalhar na *Asociación para la Promoción de Escuelas de la Familia Agrícola* (A.P.E.F.A.), para ajudar na expansão das escolas. Na oportunidade, foram convidados pelo Pe. Pietrogrande para visitarem o MEPES e oferecerem orientação sobre cursos específicos de formação de monitores. Eu estava em Anchieta, aproveitando as férias. O encontro com Charpentier foi, para mim, uma verdadeira ‘revolução’ de perspectivas, em todos os sentidos. Conversamos muito. Enquanto treinava meu francês, aprendia com eles as linhas gerais do que deveria ser um verdadeiro Centro Nacional de Formação e Pesquisa em Pedagogia da Alternância. Aprendia que a Pedagogia da Alternância não era uma simples metodologia, era um novo sistema escolar e educacional. Obviamente, aproveitei essa presença e lia para eles o meu manuscrito sobre o MEPES que enviara ao CEAS de Salvador. Padre Pietrogrande ensaiava intercâmbiar com a Argentina e eu, no meu íntimo, pensava como esse casal<sup>16</sup> poderia compor a primeira equipe do C.F.R.. Com efeito, eles acabaram sendo a mais qualificada assessoria didática, presencial e à distância, no planejamento e na ministração dos cursos de Formação no C.F.R. de Santo Antônio (em Vitória), nos anos de 1973/74/75/76, como veremos.

Em suma, era consenso geral que precisava começar um curso específico de formação para monitores, aí mesmo, em Anchieta, no C.E.S.P.A. (Centro de Espiritualidade Pe. José de Anchieta), ao lado da residência dos Padres Jesuitas, onde, aliás, já estava sendo oferecido (entre os dias 11 e 17 de julho) um Curso de Aprimoramento Profissional para 25 pessoas, entre monitores do MEPES e operadores da ACARES (Vitória), com a participação do CEAS de Salvador.

Em agosto, o MEPES recebeu visita do Embaixador italiano no Brasil (*In*: Zamberlan, *ibidem*, 127). Foi um acontecimento importante, relacionado à lei italiana que permitia um serviço civil alternativo ao serviço militar. Com efeito, essa visita facilitou a vinda para o MEPES de voluntários italianos que optavam pelo serviço civil alternativo. Exemplo, Alcide Civiero, cujo processo de vinda ao Brasil começara em 1970 e aqui chegou em agosto de 1972. Trabalhou como monitor voluntário nas EFAs. Acabou se radicando no Brasil e, hoje, vive em Vitória, onde criou família. Num seu recente depoimento, escreve:

Meu primeiro contato com a filosofia das escolas-família aconteceu na Itália com Padre Rizzieri Perin, amigo de família. Minha irmã frequentou a escola-família no curso de economia-doméstica. Quando chegou meu tempo de servir ao exército, era mais ou menos o ano de 1970, em pleno “autunno caldo”, devido às greves dos metalúrgicos e à contestação estudantil, depois do movimento de agitação na França em 1969, servir ao exército era como aprender a matar, estar a serviço do imperialismo, contribuir ao comércio de armas, bandeiras

15 Ver de: Granereau, Abbé. *O livro de Lauzun onde começou a pedagogia da alternância*. Edições UFC, Fortaleza, 2020, 296p. ISBN: 978-65-87371-01-6 (E-book). Acesso gratuito.

16 A esposa, Madame Magui, era uma pedagoga competente e dedicada, especialista em psicologia da aprendizagem aplicada à Pedagogia da Alternância. Trabalhava na assessoria junto com o marido.

contrárias ao pacifismo. Quais eram as minhas alternativas? Ou cadeia por desobediência civil ou tentar o "serviço civil alternativo" numa organização credenciada para tal fim. Foi aí que entrou o Pe. Rizzieri. Quando me propus de ser "*obiettore di coscienza*" ele me fez conhecer o AES. Ele já conhecia Pe. Humberto. Além disso, ele trabalhava com o C.E.C.A.T. (Centro para a Educação e Cooperação e Assistência Técnica) de Castelfranco Vêneto TV, onde trabalhava Mario Zuliani.

Depois de um curso de alguns meses, no sábado à tarde, no A.E.S. (Associação Amigos do Espírito Santo) em Pádua, conheci superficialmente Pe. João Confalonieri e, principalmente, o Sandro Verzola e o Ermete que se tornariam meus quase irmãos por compartilhar compromissos, descobertas, tensões, alegrias e conquistas [no Brasil]. (*Civiero, Alcide. Depoimento enviado por e-mail, em 7 de outubro de 2020, para Paolo Nosella.*)

No final do ano de 1970, houve a 'formatura' do primeiro ano dos alunos das três E.F.A.S.: 125 jovens, "quase todos filhos de agricultores familiares" (Sérgio, Z., *ibidem*, p. 125). A ideia da expansão das EFAs tomava corpo e com isso reforçava-se a necessidade de um verdadeiro Centro Pedagógico ou Centro de Formação e Reflexão. De fato, no 2º semestre de 1970, aproveitando o espaço do CESPAs e a colaboração do casal Charpentier, aí começou um Curso de Formação de Monitores:

Com seis jovens. A maioria deles permaneceu durante alguns anos entre os quadros das EFAs do MEPES. Isso representou o *pontapé inicial do Centro de Formação* do MEPES. No ano seguinte, tomaria feições mais concretas" (Zamberlan, *ibidem*, p. 126).

O casal Charpentier precisou ir para a Argentina. Continuava, porém, ora presencial, ora por correspondência, a intercambiar com o MEPES para definir a estrutura do curso de formação de monitores no C.F.R.. Eu precisei retornar aos estudos teológicos de São Leopoldo (RS), onde, também, revalidei o diploma de Licenciatura em Filosofia do Instituto *Aloisianum* de Gallarate (Va-Itália), atitude que, sutilmente, anunciava a minha "crise" de seminarista.

## 1971

Como de praxe, em fevereiro de 1971, vindo de Salvador rumo a São Leopoldo, passei uns dias em Anchieta, ajudando na organização do novo curso de Formação de Monitores. Umberto Noventa, coordenador do C.F.R., assumira o encargo a contragosto, uma vez que sua competência era a contabilidade. Na Itália, era bancário. Repetidamente, dizia que 'estaria' coordenador do CFR substituindo a mim, afastado, no momento, para os estudos de teologia. Nesse sentido, havia, entre nós, profunda solidariedade. Pe. Pietrogrande pensava da mesma forma.

O clima cultural no Instituto de Teologia de São Leopoldo, RS, era de revolta contra a ditadura militar. Soprava, também, um espírito contrário à imposição pela Igreja católica do celibato ao clero. Dentro desse espírito, um grupo de estudantes jesuítas (sete) decidimos sair do grande colégio Cristo Rei e alugar uma casa popular: era o chamado movimento das "pequenas comunidades". De fato, era a expressão da "crise de vocações sacerdotais" ou repensamento sobre o percurso formativo dos sacerdotes. O movimento da Teologia da Libertação era muito aplaudido por nós. Autores filiados a essa tendência eram lidos, defendidos e divulgados. Entre seus escritos, os de Paulo

Freire, censurados pela ditadura militar, eram por nós ‘traduzidos’ (do francês e do italiano para o português), mimeografados e divulgados. Eu levei ao MEPES várias cópias dessas traduções, sobretudo, a *Pedagogia do Oprimido* de Freire. Em dezembro de 1972, alguns de nós optaram pela ordenação sacerdotal, outros, ao contrário, como eu, desvinciliaram-se legalmente da instituição religiosa.

O curso do C.F.R. de Anchieta formou duas turmas, a de 1971 e 1972. A expansão das EFAs para o norte do Estado, a perspectiva de criar EFAs de 2º grau (Ensino Médio) e a solicitação de monitores em outras regiões do país reforçavam a ideia da oportunidade de levar a sede do C.F.R. para Vitória, perto da Universidade Federal.<sup>17</sup> Esboçava-se, aos poucos, a ideia do Centro Nacional de Formação e Pesquisa em Pedagogia da Alternância, com sede na Capital do Estado, alimentado pelas conversas com o casal Charpentier. Petrogrande, com leve sorriso, concordava. Afinal, pensava, um escritório do MEPES na capital do Estado representaria solução administrativa interessante.<sup>18</sup>

O projeto do C.F.R. em Vitória corria paralelo ao meu pessoal: no final do ano de 1971, consegui o diploma de Licenciatura em Filosofia pela UNISINOS, passaporte burocrático/acadêmico necessário para transitar no espaço da Universidade. Padre Humberto seguia de perto o processo de minha ‘crise vocacional’. Apesar disso, continuava pensando na função que eu poderia exercer no C.F.R. do MEPES.

Também no ano de 1971, em Anchieta, chegou ‘a turma de médicos do Rio de Janeiro’ para organizar o setor saúde. Evento da máxima importância. Sua presença, sem dúvida, enriqueceu o ambiente cultural do MEPES, introduzindo, numa dimensão laica, diferentes visões ideológico-políticas. Isso, de reflexo, me atingiu também. Escrevei-me, recentemente, a doutora Albineiar Pinto, líder do grupo de médicos:

Paolo, tenho lembranças muito boas das macarronadas noturnas na cozinha de Luisa e Sandro Verzola; os cafés *capuccinos* ainda tem o gosto das amizades e os sonhos de jovens que procuravam o ‘mundo novo possível’, transformar a realidade servindo e procurando a felicidade em coletividades. (...) Alaide Marques Pacheco, Gil Santini Pinto e eu fomos a equipe que começou a implantar o setor saúde do MEPES. A ideia era integrar saúde e educação num mesmo propósito de servir aos mais pobres, educando e cuidando. A atuação primária de saúde -APS – já estava em pauta quando chegamos a Anchieta, em 1971. Ficamos até 1974. Em 1978, a Conferência Mundial de Saúde, em Alma Ata, confirmou a importância do foco de trabalho na base popular e com simplicidade. A equipe no MEPES era transdisciplinar. Incluía as (os) três médicas (os); a pedagoga Regina; a artista (Cleide); Alberto (sociólogo social); Cleber Soldati (sociólogo social)

17 Em 1971, foi inaugurada a EFA masculina de Campinho (Iconha) e, no mês de maio, a EFA feminina de Economia Doméstica de Iconha (centro). Em 1972, foram inauguradas as EFAs masculinas do Bley (S. Gabriel da Palha), a de Jaguaré (São Mateus), bem como a EFA do Km-41 (São Mateus), feminina, de Economia Doméstica. Finalmente, foi criada a EFA de Rio Bananal. Planejava-se, ainda, para 1976, a criação da EFA de 2º grau de Olivânia (Anchieta).

18 Na dissertação de Mestrado (2007), Janinha Jerke de Jesus assim sintetizará a trajetória do CFR: “Nesses quarenta anos de existência, o Centro de Formação e Reflexão (CFR) passou por três sedes. A primeira foi em Anchieta/ES, onde formou duas turmas de monitores para atuarem nas Escolas Família Agrícolas aqui criadas; a segunda foi em Vitória /ES, onde permaneceu de 1973 a 1978, com uma maior facilidade de intercambiar com a Universidade Federal do Espírito Santo. E, a terceira em Piúma/ES, onde funciona atualmente.” (*ibidem*, 2007, p. 111).

e Humberto Noventa (voluntário italiano já radicado no Brasil). ( *In: e-mail para Paolo Nosella, 10 de março de 2021*).

O convite à equipe médica partira do Pe. Pietrogrande e Cleber Soldati, visando à implantação de um hospital cujo financiamento fora solicitado à CEBEMO (Organização Católica da Holanda). Deveria ser um hospital diferente dos tradicionais. Comunitário, inspirado nas unidades mistas da FSESP (Fundação Serviço Social Pública) e apoiado em cinco minipostos rurais:

A CEBEMO aprovou o projeto. Planejamos, junto com a equipe do Centro de Formação do MEPES, a metodologia para a escolha dos locais dos minipostos a serem construídos. Promovemos inúmeras reuniões comunitárias no município para a discussão do tema saúde e sobre a proposta encaminhada e aprovada pela CEBEMO. Atingimos 380 pessoas e, para cada 10 pessoas presentes nas reuniões, uma pessoa era indicada para o encontro municipal final. Foram mobilizadas as três Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) existentes, as Escolas Municipais, o grupo de todas as professoras municipais e dos servidores públicos. (In: Albinear Pinto, **Trajatória numa Nota Só...em Dó Menor**. *Texto anexo ao e-mail citado acima*).<sup>19</sup>

Sem dúvida, essa equipe transdisciplinar do Rio de Janeiro, laica ideologicamente e administrativamente autônoma, se, de um lado, dinamizou o MEPES, de outro, assustou, um pouco, a religiosidade do Pe. Humberto e de outras pessoas. Pessoal e amigavelmente, aproximei-me a eles que, todavia, não cessavam de lançar benévolos “piadinhas” à minha ‘ambígua’ situação de seminarista jesuíta: - “Comungou, hoje?” perguntavam-me com uma pitada de ironia. De certa forma, na minha pessoa, queriam atingir também o posicionamento do próprio Pe. Humberto que, embora fosse o grande escudo protetor de nós todos contra a repressão do sistema político dos governos militares, representava valores e símbolos religiosos com os quais nem todos comungavam.

## 1972

Neste ano, chegaram ao Brasil também vários jovens italianos, voluntários, para trabalharem no MEPES. Alcide Civiero continua:

Enfim, no dia 1º de agosto de 1972 cheguei ao Brasil com um contrato de dois anos à disposição do Mepes. Não podemos esquecer o contexto histórico daqueles anos de plena ditadura. Vinha de avião de Milão. Logo, no aeroporto do Rio, me perguntaram: o que se fala do Brasil lá fora? Existia a preocupação de manter uma aparência de normalidade no país. Cheguei com Ermete. Para nos receber e dar boas vindas, no aeroporto, veio Carla Grossoni. Depois de relaxar um pouco, nos encaminhamos à rodoviária para pegar o ônibus para Iconha. Não esqueço nunca, naquela primeira viagem de noite de ônibus com o motorista que apagava as luzes do ônibus nas curvas para ver se vinha veículo no sentido contrário, a apreensão que isso nos causava. O motorista tinha sido orientado pela Carla que chegando a Iconha parasse no ponto para eu e o Ermete desembarcarmos com as nossas malas. Não conhecíamos nada. Era de madrugada, começava clarear. A cidade ainda dormindo, a rua quase

<sup>19</sup> Informações sobre essas atividades, ver também no livro de João Martins, **Oportunidades do menino que não usava tamancos**, Editora Formar. Vitória, 2018.

vazia, de improviso o sino da igreja começou a tocar a Ave-Maria... Perto do ponto de ônibus havia uma placa indicando a E.F.A. de Iconha. Estava tudo em silêncio. Aguardamos um pouco até perceber movimento, depois perguntamos pelo Umberto Noventa, que já estava de sobreaviso. Quando ele nos viu, caiu na gargalhada, era seu cartão de visita. Logo nos fez entrar na Escola. Tomamos café da manhã, batemos papo, demos um tempo até que veio uma pessoa de jeepe para nos levar a Anchieta, na casa dos Padres Jesuítas, onde nos instalamos provisoriamente.

No início, eu, Ermete e Sandro fomos agraciados com um curso para estrangeiros de língua e cultura brasileira no CENFI<sup>20</sup> no Rio de Janeiro, no bairro Santa Teresa. Era a segunda quinzena de agosto. O curso terminou no final de setembro. *(Civiero, Alcide. Depoimento escrito, por e-mail, em 7 de outubro de 2020, para Paolo Nosella).*

Alida Luisa Corradin, esposa de Sandro Verzola, também este voluntário italiano, escreve:

Sandro chegou ao Brasil em fevereiro de 1972, de avião. Esperou Ermete Ronchi e Alcide Civiero para começar o curso do CENFI. Depois do curso (final de setembro) começou seu trabalho de administrador [Sandro era formado em Direito] do MEPES. Alojouse em Anchieta, inicialmente, no Centro de Formação, CESP, até que eu chegasse, pois eu estava terminando a faculdade de Letras Neolatinas na PUC de Campinas. Eu cheguei no final de 1972. Fomos morar em frente ao matadouro de Anchieta. Em seguida, mudamos para o prediozinho de dois andares onde se haviam alojados Gil, Albineia, Alaíde (médicos) e Regina (pedagoga), todos vindos do Rio de Janeiro para trabalharem, os primeiros no hospital e Regina nas EFAs do MEPES. Também já haviam chegado, para trabalhar no MEPES, a Cleide (educadora de artes) e seu marido Alberto, sociólogo. *(Luisa, e-mail, 29 de set. 2020, para Paolo Nosella).*

O projeto piloto do MEPES eram as Escolas Família Agrícola (EFAs) funcionando em alternância. Devido à excelente aceitação dessas Escolas, os padres Combonianos, por meio do Movimento Pastoral da diocese de São Mateus, no Norte do Estado, solicitaram ao MEPES apoio para abrir EFAs, uma feminina, de economia doméstica, na 'capela' (comunidade) Nestor Gomes, chamada também de Km. 41, outra masculina, em Jaguaré e uma terceira, masculina, no município de São Gabriel da Palha, no Bley. Obviamente, a EFA feminina, na época, chamou bastante atenção, pela novidade que representava. Sua coordenadora (diretora) era a voluntária italiana Carla Grossoni. Em suas memórias, há um parágrafo que me diz respeito:

Paolo veio à EFA do Km.41 pois, junto com Gabriela e Carminha, tínhamos organizado uma semana para experimentar, com as alunas, as novas técnicas de dinâmica de grupo e aprender as competências necessárias na solução dos problemas comuns. (...) Durante aquela semana, as dinâmicas de grupo eletrizaram as alunas e os trabalhos procediam bem. *(Grossoni, 2016, pgs. 65,66).*

De fato, aí, eu reproduzia técnicas de dinâmica de grupo aprendidas em São Leopoldo. Em fevereiro, o MEPES é aceito na *Union Internationale des Organismes Familiaux*

<sup>20</sup>Curso de Iniciação à Missão no Brasil para missionários estrangeiros, ministrado pelo CCM (Centro Cultural Missionário), organismo da CNBB.

(UNESCO), com sede em Paris.

Em dezembro, coleei grau de 'bacharel em teologia' em São Leopoldo/RS e, nas festas natalinas, voltei rapidamente à Itália para assinar meu desligamento dos Jesuítas<sup>21</sup>.

## 2. Funcionário do MEPES (de fev. de 1973 a jan. de 1977)

### 1973

Para o C.F.R. funcionar na Capital junto ao departamento de administração, Pietrogrande alugou o prédio desocupado de propriedade do INSS, na periferia de Vitória.<sup>22</sup> De volta ao Brasil, fui integrado à equipe do C.F.R. nessa nova sede da Avenida Santo Antonio, desta vez com carteira de trabalho ('a azulzinha') assinada. Iniciava minha fase de colaborador do MEPES como funcionário. À página 10, primeira folha da carteira de trabalho, assinada pelo empregador Humberto Pietrogrande e carimbada pelo MEPES, se lê: *cargo: Professor Centro de Formação. Data: 01 de fevereiro de 1973.*

Não disponho de documentos e detalhes sobre como ocorreu a transferência para Vitória. No cargo de Coordenador do CFR continuava Umbero Noventa que, todavia, continuava reclamando disso, conforme comentei acima: desejava trabalhar no interior, assumindo outras funções e deixando para mim a coordenação do CFR. Luisa Corradin escreve:

Em 1973, o C.F.R. foi transferido para Vitória, bairro de Santo Antônio, junto com parte da secretaria geral do MEPES. Eu dava aulas no C.F.R. de português e Sandro continuava no cargo de administrador do MEPES. Em março de 1974, fui para Jundiá, cidade da minha mãe, para ter a primeira filha, Natália, enquanto Sandro permanecia no MEPES, viajando, com um fusca, pelas escolas, orientando as equipes sobre contabilidade. Só voltou para a Itália, num navio cargueiro, no início de 1975. (*Luisa, e-mail enviado em 29 de set. 2020, para Paolo Nosella*).

Foi um prazer trabalhar no prédio da capital, planejando novos cursos de formação, em contato com a Universidade e com o casal Charpentier, assessor -conforme informei na A.P.E.F.A. (*Asociación para la Promoción de Escuelas de la Familia Agrícola*) da Argentina. Havia o desejo (e, nesse sentido, houve alguma movimentação) de conseguir esse casal como assessores orgânicos no MEPES, de forma contínua e presencial. Isso não foi possível, pois sua vinda da França à América Latina fora por iniciativa da Argentina. Todavia, o casal Charpentier garantiu importante apoio, mesmo que

<sup>21</sup> Minha relação de estima e trabalho com os padres Jesuítas continuou excelente e tal permanece ainda hoje.

<sup>22</sup> O prédio, de dois andares, situado na Av. Santo Antonio, n. 1746, atualmente, permanece inalterado nas linhas arquitetônicas exteriores. Depois que o MEPES/CFR retornou a Anchieta/Piúma, foi adquirido pelos Padres Pavonianos que, hoje, o utilizam para obras sociais.

esporádico, ao C.F.R. do MEPES.<sup>23</sup>

Assim, a equipe era composta por: Magui e Jean Charpantier, Umberto Noventa, Lourdinha, Luisa Corradin (professora de português), Carlos Alberto (agrônomo), o irmão Miguel de Taizé (sociólogo), eu e outros.<sup>24</sup> Planejavamos um curso de formação para monitores, científica e pedagogicamente bastante ‘robusto’, de dois anos e de fluxo contínuo. Haveria necessidade, obviamente, de aumentar a equipe. Pelas precárias circunstâncias, decidira-se que, para o ano de 1974, seria ofertado um *curso de formação emergencial*, de um só semestre, com pleno apoio do casal Charpentier. Só para os próximos anos de 1975/76, seria ofertado o curso pleno de dois anos, de fluxo contínuo, “quase uma faculdade de Pedagogia”, dizíamos, com indisfarçável entusiasmo.

A equipe assim definira as finalidades do Centro<sup>25</sup>:

- formação permanente e inicial, equivalente a nível superior, de educadores qualificados e especializados na metodologia e pedagogia da Escola-Família;
- implantação de Escolas-Famílias no Estado do Espírito Santo;
- acompanhamento das diversas atividades do Movimento, em vista da promoção da Comunidade – Reciclagem constante dos Operadores do MEPES;
- assessoria aos outros Estados na implantação da Escola-Família (concretamente, na Bahia e no Paraná). (*In*: Doc. MEPES, *Uma cultura nova para um mundo novo*. Documentário. II Simpósio – 1976, p. 50).

O ano de 1973 foi definido, pelo próprio Mepes, como “ano de reformulação”, numa memorável e ampla reunião em Vitória, no Predio de Santa Helena, ‘celebrando’ (sic!) o I Simpósio do MEPES.<sup>26</sup> Essa reunião foi organizada pela equipe do CFR, com apoio da Secretaria do MEPES. Para os operadores do MEPES, a reunião de Santa Helena representava uma espécie de ‘micro concílio ecumênico’ pois definira as linhas filosófico pragmáticas de todos os setores da instituição. Talvez, fosse uma ideia um tanto abstrata. Todavia, refletia o espírito geral da maioria e, sem dúvida, definira com ousadia a função que o CFR deveria assumir.

Era possível, já naquela época, transitar pelo *grande contorno* sul/norte de Vitória. Estávamos lá, um dia, Pietrogrande e eu, olhando terrenos que nos pareciam adequados para eventual edificação do Centro de Formação e Reflexão Nacional em Pedagogia da

23 Ainda conservo comigo o precioso livro **Otra escuela en América Latina – Plan de Formación de las Escuelas de la Familia Agrícola de Argentina**. *Publicación do Departamento de Relaciones Nacionales e Internacionales da A.P.E.F.A.* Reconquista, Santa Fé. Fevereiro de 1974. Por muito tempo foi meu livro de consulta, juntamente com a 1ª edição do livro **Le livre de Lauzun**, do Abbé Granereau, Ed. Comité d’action. Paris, 1968. Em 1971, foi criado na Argentina, o Instituto de Capacitação de Monitores (I.C.A.M.). Em 1974, nesse país, já funcionavam 13 EFAs e mais 5 futuras estavam planejadas. Hoje, o Instituto é um sólido e importante Centro Nacional de pesquisas e formação em Pedagogia da Alternância.

24 Peço perdão por não lembrar de todos e dos nomes completos.

25 Eu mesmo fui um dos redatores do texto.

26 “Este foi um ano de grande importância para a vida do Movimento que realizou um esforço profundo de reflexão sobre si mesmo, celebrando o seu I Simpósio”. *In*: MEPES, *Uma cultura nova para um mundo novo – Documentário – II Simpósio – 1976*, p. 66.

Alternância. Se a memória não me falha, conosco estava também o Dr. Eusébio Terra.

Na oportunidade, Pe. Humberto comentou comigo que um bom Coordenador do Centro precisava cursar Mestrado em Educação. Conversa indicadora de projetos que, entretanto, nem a todos agradavam. A sede do CFR na capital, próxima à Universidade, na perspectiva de ser um Centro Nacional de Pesquisa e Formação, não encontrava plena concordância junto a todos os operadores. Muitos defendiam um Centro de formação técnica, de nível básico, para iniciação e treino dos novos Monitores. Por isso, muitos desejavam que o CFR retornasse ao interior.

Precisava-se adquirir bastante material escolar para todos os setores do MEPES. Por que não ir até São Paulo, até à Praça da Sé, onde esse material era vendido com significativa vantagem financeira? Com lista e cheques na mão, de ‘perua Kombi’, fomos a São Paulo. Era final do mês de maio. Por sugestão do Pe. Pietrogrande, aproveitamos para passar na secretaria da P.U.C. (rua Monte Alegre, Perdizes) e colher informações sobre o curso de Mestrado em Educação. Surpresa. A prova escrita para seleção estava ocorrendo: – “Corra até a última sala”, disse-me, apressado, o Prof. Dr. Geraldo de Oliveira Tonaco, coordenador do Curso. O tema da dissertação estava no quadro. Era sobre ‘fenomenologia e educação’. Sentei e fiz a redação. Retornamos ao E. Santo.

Maquiavel afirma que “A história é entrelaçamento de virtude e fortuna” (citação de memória), isto é, de competência e sorte. Poucos dias depois, chegou a notícia: havia sido aprovado.

Obviamente, não poderia, naquele momento, fazer a matrícula. Pe. Humberto perguntou: “Qual vai ser o assunto de sua dissertação?” - Respondi: “o MEPES”. - “Então, você vai se matricular”.

Para conseguir a matrícula, precisava uma declaração de vínculo com a Instituição de trabalho. Pe. Humberto não hesitou, redigiu e assinou. Na íntegra, o documento:

Declaro, para os devidos fins, que Paolo Nosella, portador da carteira de identidade para estrangeiros RG. N° 641.8744 – RE. N.º RS/13.477, colaborou valiosamente à implantação, estruturação e expansão do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES.

Declaro também que o próprio está ainda hoje ligado ao Movimento (MEPES) e que pretende cursar o Mestrado em Filosofia da Educação nesta Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a fim de se qualificar para futuramente colaborar à solidificação e expansão do Movimento (MEPES).

Anchieta, 8 de junho de 1973.

*Assinado:* Pe. Humberto Pietrogrande s.j.- Presidente do MEPES

No 2º sem. de 1973, matriculei-me nas disciplinas “Elementos de Metodologia Filosófica” e “Teoria do Conhecimento”. O Prof. Dr. Dermeval Saviani aceitara orientar minha dissertação sobre o MEPES. Economicamente, foram meses difíceis. A mensalidade da P.U.C./SP. era elevada: estudava e ministrava algumas aulas em colégios de São Paulo. Todo fim de semana e nas férias, voltava ao C.F.R. de Vitória,

pela Itapemerim. O salário do MEPES pagava os créditos da universidade.

## 1974

Namorei uma colega de turma, Maria de Loudes Chagas Deiró, futura esposa e mãe dos dois primeiros meus filhos. Precisei reduzir as viagens São Paulo-Vitória e minha consciência mordida ao receber o salário do MEPES. Pedi desligamento, à revelia de Pe. Humberto. Sandro Verzola assinou minha saída do MEPES, na *azulzinha*, em data de 31 de janeiro de 1974, p. 10.

O CFR concluiu, no 1º semestre de 1974, o curso para monitores iniciado em 1973, formando 12 novos monitores. No mesmo ano, 2º semestre, organizou o curso emergencial (agosto-dezembro), formando mais de 15 monitores: 12 do MEPES, 01 CESEDIC/Bahia, 1 do Paraná/ASSESSOAR, 1 do Projeto Piauí. Umberto Noventa precisava deixar a Coordenação para assumir funções a ele mais adequadas. Pietrogrande determinou que me recontratasse no cargo de Coordenador do CFR. Data de admissão: 01 de maio de 1974. Carimbo do MEPES e assinatura do Pe. Gianfranco Confalonieri s.j., p. 13 da *azulzinha*. No C.F.R. ministrava aulas durante as férias, enquanto iniciava a juntar documentos para a dissertação.

Nesse ano completei quatro disciplinas do mestrado, alternando meus dias entre a P.U.C./SP e o C.F.R./Vitória, na função de coordenador. De fato, porém, o coordenador pedagógico desse curso emergencial foi o casal Charpentier. Eu era aprendiz que sonhava, um dia, ser como ele. Carla Grossoni, hoje, lembra:

(...) quando começamos o C.F.R., justamente em Vitória, em 1974, com a ajuda de Charpentier, eu tapava o buraco de sua [Paolo] ausência. (Doc. e-mail de 07 de set. 202).<sup>27</sup>

Ninguém melhor para relatar esse histórico curso emergencial de 1974 do que um brilhante aluno do mesmo, Thierry De Burghgrave. De nacionalidade belga, chegara ao Brasil em 1972, na região do médio São Francisco, na Bahia. Voluntário e cooperante de ONG.<sup>28</sup> Descobriu o valor educativo e aprendeu o método pedagógico da Alternância justamente nesse curso emergencial em Vitória, a partir do qual tornou-se pioneiro na implantação das EFAs baianas de Brotas de Macaúbas (1975) e de Alagoinhas (1983). Hoje, assessor pedagógico da Rede das Escolas Família Agrícola do Brasil, escreve:

Ao procurar em minha documentação, encontrei, na pasta do material

27 Carla Grossoni, no mesmo e-mail, continua: “Após uma vida devotada a projetos de apoio e colaboração, considero que o projeto que vivi em Anchieta (MEPES) tem sido o mais bonito e contínuo. Sempre afirmo que aquele projeto expandiu-se em todos os Estados latino-americanos continuando hoje em suas próprias pernas.” (*Idem, ibidem*). Em outro e-mail, 02 de outubro 2020, a mesma escreve: “Escrevi um livro de 250 páginas sobre minhas experiências de trabalho em Países onde gastei mais do que um ano de trabalho e fica evidente que o primeiro (91 páginas) é o Brasil. (...) Fazia questão de escrever sobre as mulheres no MEPES, porque, quando fala-se sobre MEPES, somente os homens são citados, entretanto as mulheres que impulsionaram aquele movimento são numerosas. (*idem ibidem*). (ver: anexo documento Carla Grossoni sobre ano de 1971 etc.).

28 Thierry integra hoje o Movimento das Escolas Família Agrícola no Brasil. Contribuiu, sobretudo, para sua expansão na Bahia e no Nordeste. Assumiu responsabilidades no Movimento em nível regional e nacional. Obteve o grau de Mestre em Ciências da Educação. Tradutor e autor de textos e livros sobre o sistema CEFFA e a Pedagogia da Alternância. Em 2011, publicou o livro *Vagabundos não senhor cidadãos brasileiros e planetários – uma experiência educativa pioneira do Campo*. Ed. UNEFAB – Goiânia, 2011. Na dedicação, escreveu: *Ao amigo Paolo Nosella [...] Fui aluno seu em 1974, no Centro de Formação Lá em Vitória/E.S. Obrigado. [assinado]. Belo Horizonte 08/04/2011.*

do Curso Emergencial em Pedagogia da Alternância, realizado pelo MEPES em Vitória-ES, na segunda metade de 1974, algumas representações significativas de como era, naquela época, apresentada e desenhada a pedagogia característica da EFA, em particular, e do movimento CEFFA em geral. (Thierry, *idem ibidem*, 2011, 147).

Desse aluno, admira-se no mesmo livro fotocopiado um preciso desenho com uma linha no meio, separando do lado esquerdo a estrutura e pedagogia da escola tradicional e, do direito, da escola-família. Sem dúvida, tirou nota dez. Alternativamente, cursava disciplinas no C.F.R. de Vitória e era Monitor estagiário na EFA/MEPES de Rio Novo do Sul. A lembrança do casal Charpentier permanece nítida na memória de Thierry:

Entre os professores convidados conheci o casal Jean e Magui Charpentier, da APEFA/Argentina. A participação deles tornou-se determinante para o êxito do curso emergencial graças à experiência acumulada na França, na África e na América Latina. Ele, filho de agricultores, uma força da natureza, aliava o saber experiencial do homem do campo ao vasto saber teórico, adquirido na formação e no exercício da profissão de monitor. (...) Ela, Magui, extremamente comedida nos gestos e no tom da voz, ensinava-nos os segredos da psicopedagogia na qual era formada com autoridade de quem tinha dirigido o primeiro Centro de Formação de Monitores das Casas Familiares na França. (*Idem, ibidem*, 122, 123).

Durante o ano de 1974 (julho), o MEPES havia recebido a visita do Secretário da APEFA/Argentina e, no mês de novembro, o MEPES foi à Argentina, a convite, participar do II Encontro Nacional das EFAs. Na oportunidade, foram assinados dois convênios de intercâmbio MEPES/APEFA, visando à implantação das EFAs na América Latina. Jamais esquecerei essa viagem. Guardo uma foto bem curiosa em que ajudo a empurrar o avião (sic!) que nos levaria de Rosário para Buenos Aires: o avião não queria pegar. Empurrando, pegou. Em outra foto, aparecem Pe. Humberto, o casal Charpentier /Magui, Bacalini e outros.

Nossos sonhos eram grandes.

## 1975

No ano de 1975, o MEPES consolidou suas atividades. Em março, em Olivânia (Anchieta), no mesmo local onde funcionava a EFA de 1º grau (hoje, Fundamental 2), foi aberta a EFA de 2º grau (hoje, Ensino Médio) para, sobretudo, acolher ex-alunos concluintes da EFA Fundamental 2. As EFAs expandiam-se num ritmo elevado, no Estado e fora do Estado. Em Iconha foi adquirido um terreno para a construção do Centro de Promoção da mulher (*In: Mepes*, 1976, 77).

O C.F.R. de Vitória rumava em direção a um Curso superior de formação:

Foi planejado e executado um currículo bem mais aperfeiçoado para a formação dos monitores, sendo, desta forma, lançadas novas bases para uma séria formação dos Monitores do Movimento. (*Mepes*, 1976, 78).

Com efeito, a grade curricular, disciplinas e atividades (*MEPES*, 1976, p. 129), lembra um curso de graduação ou Licenciatura em Pedagogia da Alternância. Na coluna da esquerda, estão registradas as disciplinas básicas, complementares e os estágios; na da direita, registram-se os créditos referenciados ao nº de horas/aula. A grade contemplava um Iº e IIº ano de formação. Citando:

Metodologia do Trabalho Científico; Comunicação e Expressão (I-II);

Religião e Religiosidade Popular; Estudos Brasileiros; Filosofia e História da Educação; Sociologia Rural; Psicologia Social, do Adolescente e da Aprendizagem; Planejamento Educacional; Didática Geral e Especial; Metodologia da EFA (I-II- III). Entre as disciplinas complementares: Sindicalismo; Cooperativismo; Direito Agrário; Inspiração e Organização do MEPES. Estágios: Estágio no meio rural (I – II); Estágio nas EFAs (I – II – III – IV); Viagem de Estudo.

(MEPES, *ibidem*).

Como se vê, era um ousado curso, realizado nos anos de 1975 e 1976, que evidenciava a intencionalidade de intercambiar com a universidade e, de modo geral, enriquecer dos recursos culturais que a capital do Estado oferecia. Sobre o conceito de ‘intercâmbio’, nossa tese, naquela época, era que só é possível intercambiar seriamente quando os interlocutores estão em nível de igualdade teórico-qualitativa, podendo utilizar uma mesma linguagem, trocando conteúdos complementares. De fato, o MEPES, além de exibir o interessante método didático da Pedagógica da Alternância, participava de importantes eventos sobre educação na capital do Estado e em Congressos Internacionais; colaborou na criação da Associação Internacional de Maisons Familiares; intercambiava com a APEFA da Argentina etc. Em suma, demonstrava potencialidade científico-acadêmica para intercambiar com a própria Universidade Federal:

Realizou-se em Vitória, promovido pelo Conselho Estadual de Educação, o Seminário sobre o Ensino na Zona Rural, tendo o MEPES sido convidado através do seu C.F.R. e apresentando o tema: ‘Especificações de condições físicas para o ensino na zona rural’ (Mepes, 1976, 81).

Tercina Souza De Burghgrave, aluna do curso do C.F.R. de 1975, relata com vivacidade e pormenores surpreendentes sua participação:

Fui convidada a fazer parte da equipe de monitores da recém-criada Escola Comunidade Rural (ECR) de Brotas de Macaúbas, o que prontamente aceitei. Para isso precisava também fazer um curso de formação. Então, no mês de junho daquele ano, lá vou eu com apenas 19 anos saindo pela primeira vez do meu município, viajando para Vitória do Espírito Santo. Não foi nada fácil, pois o curso já estava em andamento desde março e não conhecia ninguém e tudo era muito novo. Chegando lá, fui muito bem recebida. O Presidente do MEPES, Pe. Humbeto e Pe. João Confalonieri sempre tinham uma atenção especial. Tenho grandes lembranças das aulas do Prof. Paolo Nosella, das aulas de Psicologia da Profa. Maria de Lourdes Deiró, de Michel e Nicole Faucon, Ednys e do casal Magui e Jean Charpentier, com seu jeito simpático de falar e escrever com as duas mãos. Vivemos vários momentos de intervenção externa que nos proporcionaram grande aprendizado. Tenho boas recordações das aulas de religiosidade popular com Frei Beto, por quem tenho até hoje grande admiração e carinho. (*In: e-mail para Paolo Nosella, 16 de abril 2021*).

Tercina continua relatando a grade curricular e o método daquele curso. Lembra os estágios na E.F.A. de Iconha, onde conheceu os monitores Penha e Bonfim; na E.F.A. do Km. 41 e na de Campinho, onde conheceu os monitores Taques e Vanni. Lá vivenciou o instrumento pedagógico “até então desconhecido” que foi a visita às famílias. Sobre seus colegas de curso, escreve:

Não lembro mais quantos éramos, mas, lembro alguns nomes e suas

fisionomias: Lurdinha, Valdecy, Marta, Leacy, Madalena, Fernando, Lino, a francesa Claire-Marie Morandau e também a baiana de Barra do Mendes, Zélia Barreto. (...) A inserção no Movimento EFA me traz um forte sentimento de gratidão (...) foi uma fonte de energia e entusiasmo para retornar a Brotas em dezembro daquele ano e, no ano seguinte, ingressar na equipe de monitores da ECR juntamente com Thierry e Idalgizo José Monequei. (Tercina, *idem ibidem*).

Em 03 de fevereiro casei, na cidade de Araras, interior de São Paulo. Inesquecível foi a presença de Mario Zuliani, meu padrinho de casamento. Chegara de manhã cedo, de carro, com uma turminha do MEPES. A impressão era que “vieram nos buscar” para levar-nos, definitivamente, ao Espírito Santo. E fomos. Aluguei um sobradinho em Santo Antonio (Vitória) e adquiri um belo lote na subida às torres da televisão, de onde se admirava uma maravilhosa vista para o mangue. A indiscutível beleza das praias cansava - dizia eu - enquanto a rusticidade do manguesal era sinal de vitalidade e renovação. Adquiri, também, dois lotes a uns quilômetros para lá do aeroporto, em direção à Serra, com vistas para o oceano. Sonhos de recém-casados que pretendiam permanecer por longos anos no E.Santo.

Fui convidado a trabalhar, em tempo parcial, na Universidade Federal (UFES). Conversei com Pe. Humberto: “É bom -ponderou ele- é um contrato em regime parcial. Você será a ‘quinta coluna’ no intercâmbio MEPES - UFES.”<sup>29</sup>

É preciso observar que a relação dos operadores do MEPES com a Universidade foi sempre (e, atualmente, ainda é) ambígua, quase de ‘amor e ódio’, pois, de um lado, há interesse do apoio da Universidade, de outro, porém, existe ‘medo’ do possível desvio do ‘espírito das EFAs’. Em outras palavras, a Universidade ajuda na divulgação e na elevação do prestígio do movimento da Pedagogia da Alternância, mas também é uma válvula de fuga dos melhores quadros, incentivando, indiretamente, o próprio êxodo rural. Note-se que esse dilema atinge, sobretudo, os operadores do movimento ( e nem todos); não atinge, porém, os alunos que, no fundo, desejam a cultura geral máxima, embora nem sempre o confessem por timidez ou necessidade.

Ressoa aqui a crítica citada de Pier Paolo Pasolini: existe uma “*spaccatura storica*” [divisão histórica] na esquerda.<sup>30</sup> Pe. Humberto defendia a máxima cultura humanista. Mas, até quando?

Nesse dilema, eu representava o ‘pomo da discórdia’. Na UFES, ministrava aulas de ‘Introdução à Filosofia’, duas vezes por semana. A maior parte do tempo ficava na sede do C.F.R., na Av. Santo Antônio. Mario Zuliani era para mim figura paterna, melhor, fraterna, de irmão maior. Nos ‘queríamos’ muito. Todavia, entre nós, sempre pairou a sombra dessa mal resolvida relação entre Universidade e EFAs. Mário manifestava perplexidades sobre o fato da sede do C.F.R. estar situada na capital e sobre a forma do intercâmbio com a Universidade. Defendia, para todos os alunos do ensino médio, a

<sup>29</sup> Na pág. 16 da *azulzinha* se lê: empregador, Universidade Federal do Espírito Santo; cargo: Auxiliar de Ensino. Data de admissão: 14 de março de 1975. Às págs. 52 e 53 da mesma, se lê: “*O contrato de trabalho da fl. 16, com vigência de 14.03.75[...]foi incluído, em caráter excepcional, no Regime de 24 horas semanais (...)*”. Abaixo, na fl. 53, com o carimbo do MEPES, se lê: *remuneração em regime 24 hs*.

<sup>30</sup> Neste, nota nº 8.

profissionalização de técnico agrícola.

Na raiz dessa diferença, encontra-se, a atávica contraposição campo-cidade, cujo antagonismo reflete, quase sempre, uma cega e seca contraposição campo versus cidade, quando, na verdade, a relação não é antagônica, é dialética: o campo e a cidade se amam e se ‘competem’ como irmãos siameses, pois o campo deseja a cidade e a cidade tem saudade do campo:

‘Campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas, e isso não é de estranhar se aquilatarmos o quanto elas representam nas vivências das comunidades humanas. (...) Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade, a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização. (Willian, 2011, 11).

Geralmente, ‘as pedagogias do campo’ focam o antagonismo, a antítese, entre campo e cidade. O que não deixa de representar um importante passo adiante no processo de entendimento da dialética entre esses dois mundos ou duas culturas, mas é um passo insuficiente. A intuição dos alunos das EFAs, de certa forma, supera esse primário nível da contradição quando aspiram às realizações urbanas, confirmando com isso que a dialética campo/cidade vai além da mera antítese, visa, historicamente, à orgânica integração.

Todavia, mesmo a percepção dos alunos é confusa. Não conseguem elaborá-la teoricamente. Era justamente essa elaboração que o C.F.R. em Vitória pretendia fazer. Pretendia, em suma, intercambiar teoricamente com a própria universidade em pé de igualdade teórica, refletindo (R) sobre os efeitos ambíguos da revolução industrial, sobre o perigoso ‘encantamento’ da humanidade com o consumismo urbano. Nossa intenção não era simplesmente criar um Centro de Formação para treinar monitores das EFAs, menos ainda para doutriná-los num posicionamento antiurbano e fixá-los na produção do campo. Pretendíamos entender, junto com eles, porque e como do campo nasceu a cidade, como começou e cresceu a contraposição entre o homem rústico e o homem urbano e, sobretudo, propor formas de integração orgânica entre os dois espaços.

### 1976

Existem muitos documentos sobre o funcionamento do C.F.R. dos anos de 1975/76, inclusive com lista dos alunos. Há também apostilas (mimeografadas em alcool e em tinta) dos cursos ministrados. Eu disponho de algumas dessas. Exemplo, de Psicologia do Adolescente, da Professora Maria de Lourdes Chagas Deiró: “*Conceituação do adolescente*” (29 de julho 1975); “*Adolescência família e sociedade*” (01 de agosto de 1975); “*As características do comportamento do adolescente do meio rural*” (01 de agosto de 1975). Sobre teoria da aprendizagem conservo o Plano de Curso da Professora Irmã Maria José Pinheiro que, na parte da manhã, ministrava aulas e, na parte da tarde, pesquisava. Textos de Paulo Freire estão anexados, dispostos didaticamente, como “Educação bancária ou educação libertadora?”. A irmã ministrava tópicos de disciplinas como: “*Aprendizagem e autodesenvolvimento*”; “*Aprendizagem e forma de vida*”; “*Aprendizagem por condicionamento instrumental ou operante*”; “*Aprendizagem por ensaio e erro*”; “*Aprendizagem por raciocínio*”; “*Consciência crítica e ingênua*” etc. (data: 24 de set. 1976).

O empenho e seriedade desse primeiro ‘longo’ curso de dois anos, intencionalmente de

fluxo contínuo, podem ser evidenciados, inclusive, por uma memorável viagem de estudo a Ijuí, com apoio da UNIJUÍ dos Padres Franciscanos e sob a lidrança do Frei Osório, para visitar a Cooperativa COTRIJUÍ. Fomos de Perua Kombi. Conosco, além de alunos do C.F.R., viajaram camponeses capixabas filhos de imigrantes italianos. Foram hospedados pelas famílias de antigos imigrantes italianos da região de Ijuí, cuja origem, portanto, era a mesma dos imigrantes italianos do E.Santo: os mesmos sobrenomes e, talvez, antigos parentes. O tema central de estudo nessa viagem era: *Por que uns emigrantes ficaram nas montanhas capixabas e outros foram até Ijuí? Qual a diferença no desenvolvimento dos primeiros e dos segundos?*:

No ano de 1976 - testemunha Tercina Souza De Burghgrave - estavam programados dois encontros [*presenciais*] no Centro de Formação em Vitória. O primeiro de uma semana de formação de monitores, o segundo seria uma viagem de estudo para visitar a cooperativa CONTRIJUÍ no Rio Grande do Sul. Infelizmente, não sei por qual motivo, não participei de nenhum. (...) Recebi um certificado com notas e cargas horárias do curso. Acontece que em 1º de fevereiro de 1976 fui contratada para fazer parte da equipe de monitores da Escola Comunidade Rural. Idalgizo chegou na mesma época para fazer parte da equipe pela indicação de Michel Falcon para substituir José Antonio Lani (Mará). (Tercina, e-mail ao autor, em 23 de abril de 2021).<sup>31</sup>

Com efeito, as viagens de estudo eram uma das mediações didáticas fundamentais do percurso formativo do monitor, tanto que se planejava, num eventual 3º ano de formação, realizar viagens de estudos na América do Sul (Argentina, sobretudo). Num eventual 4º ano, planejavam-se, inclusive, viagens para a Europa, África e Estados Unidos, pelo menos para alunos com desempenho destacado. Eu admirava o grande apoio que Pe. Pietrogrande nos dava para esses empreendimentos e projetos. Não temia custos. Éramos guiados pela utopia, a estrela que não apaga.

Concluíra os créditos de Mestrado na P.U.C./SP., no 2º sem. de 1976, cursei as disciplinas de menor empenho quanto à frequência, como 'Estudos de Problemas Brasileiros' e 'Problemas da Educação II'. Começara a redação da dissertação sobre o MEPES.

No final de ano houve a formatura da primeira turma de monitores desse 'memorável' curso de formação de dois anos no C.F.R. de Vitória.

### 3. Professor universitário ( fev. de 1977 até hoje)

31 "Será um prazer relembrar este importante capítulo da minha história nas EFAs, iniciada em 1971 como estudante da EFA de Campinho. Trabalhei na ECR de Brotas de Macaúba apenas no ano de 1976. Em 1975 foi o Mará que trabalhou. Lembro muito a viagem para Brotas de ônibus, acompanhado de Michel Falcon no período de carnaval. Chegamos a Brotas na quinta feira de carnaval e já havia uma Mesa reservada para nós no salão da cidade." (E-mail de Idalgizo Monequi ao autor, de 25 de abril de 2021).

1977

No ano de 1977, enfrentei uma grave crise familiar.<sup>32</sup> Precisei tomar uma decisão sofrida, mas, moralmente necessária. Pedi as contas ao MEPES. A data da saída está registrada na ‘*azulzinha*’: 31 de janeiro de 1977.

A mudança de Vitória para Araras, interior de São Paulo, foi triste e prejudicial financeira e profissionalmente. Cortar relações funcionais com o MEPES e a UFES; vender apressadamente os lotes recém-adquiridos situados na subida às torres da televisão, no contorno de Santo Antônio, onde pensava construir minha casa, foi doloroso. Tirei foto da vista para o mangue. Ao fundo, erguiam-se montanhas que pareciam emergir das águas, lembrando a antológica página de Alessandro Manzoni:<sup>33</sup> “*Addio, monti sorgenti dall’acque, ed elevati al cielo*”. [Adeus, montes emergentes das águas e elevados para o céu]. Lembranças nostálgicas? Saudades? Sem dúvida. A foto continua, linda, na parede de minha biblioteca.

Também Pe. Humberto ficou triste. No ano seguinte, assinou a seguinte declaração:

Declaro para os devidos fins que Paolo Nosella foi funcionário do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES – exercendo nos anos de 1975 e 1976 a função de Diretor do Centro de Formação e Reflexão com sede na cidade de Vitória (ES).

Anchieta, 23 de outubro de 1978.

Pe. Humberto Pietrogrande, s.j.- Presidente do MEPES. [assinado].

Em 25 de março de 1977, na P.U.C./S.P., defendi a dissertação: *Uma nova educação para o meio rural, sistematização e problematização da experiecia educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo*. Orientador: Prof. Dr.Dermeval Saviani.

Quando, numa tese, analisa-se uma Intuição, o autor, quase sempre, acabará desagradando tanto à banca examinadora que considerará sua abordagem ‘apologética’ e ‘pouco crítica’, quanto aos operadores e responsáveis da Instituição, descontentes com as críticas feitas na tese. Aconteceu comigo: a dissertação foi considerada pela banca examinadora ‘institucional’ e ‘idealista’, enquanto operadores do MEPES a consideraram por demais severa e crítica. Por isso, não recebi dos membros da banca a nota máxima e o exemplar ficou por muito tempo engavetado pelo MEPES. O reconhecimento veio mais tarde. Foi publicada pela EDUFES, Vitória, em 2012, com o título *Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil*.

A temática da Pedagogia da Alternância e o C.F.R. haviam grudado, repito, na minha alma. Mesmo trabalhando na universidade<sup>34</sup>, indireta e emocionalmente, permaneci ligado ao Movimento até hoje.

As esperanças podem frustrar, as utopias não. Com efeito, na proposta do C.F.R. de Vitória, utopia foi pensar que os trabalhadores do campo precisam conhecer, em

32 A esposa voltou para Araras, interior de São Paulo, onde, junto à família de origem, teve o primeiro nosso filho, Berilo Luigi (em 13 de nov. de 1976). Atingida por depressão química, com transtorno bipolar, decidira não mais retornar a Vitória. Eu acompanhei sua decisão.

33 Do conhecido romance italiano “*I promessi sposi*”.

34 Em 04 de setembro de 1979, prestei concurso e fui contratado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

profundidade, a dialética campo-cidade, entender como e por que nasceu a cidade do campo, quando começou a contraposição entre os dois e como hoje isso ocorre para encontrar novas formas orgânicas de relação. Utopia foi recusar que aos homens do campo fossem ensinadas somente a ciência e técnica da produção agrícola. Utopia foi a inconformidade com cursos de formação para monitores de curta duração, emergenciais, treinos didáticos sobre a pedagogia da alternância. Utopia foi pensar que depois do 2º grau das EFAs (Ensino Médio), seus melhores ex-alunos pudessem adentrar num 3º grau (Ensino Superior) dando continuidade à filosofia da alternância e vivenciando as mesmas mediações didático-pedagógicas praticadas nas EFAs do Ensino Básico. Utopia foi pensar na produção e divulgação regular, constante de uma Revista e/ou Boletim da Pedagogia da Alternância, bem avaliados. Utopia foi, enfim, pensar na criação de um renomado Centro Nacional de Pesquisa e Formação em Pedagogia da Alternância, semelhante, pelo menos, aos Centros de Formação existentes na França e na Argentina.

Não sei se foi meu afastamento institucional do MEPES que determinou a volta do C.F.R. para o interior (Anchieta e Piúma). Outros historiadores explicarão as motivações e os 'passo-a-passo' dessa decisão. Fato é que, ao folhear documentos como o *Relatório Geral de Atividades do MEPES* (anos 1980 e 1981), assinados pelo Pe. Humberto Pietrogrande, observa-se que a letra "R" do Centro de Formação estava, aos poucos, esmaecendo.<sup>35</sup> Isto é, enquanto o Relatório anterior de 1976<sup>36</sup> destacava o C.F.R. e sua dinâmica, os relatórios de 1980 e 1981 evidenciam, indistintamente, sua posição secundária e em declínio. Inclusive, a sigla aparece, frequentemente, sem o "R", simplesmente, C.F..

Sem dúvida, o espírito do C.F.R. havia mudado: menos cultura e mais praticidade, menos pesquisa e mais treino. A proximidade com a Universidade, talvez, amedrontasse os novos dirigentes da Instituição e sua sede no interior permitisse maior controle e menores despesas.

Pessoalmente, penso que a volta da sede do C.F.R. para o interior representou a vitória do posicionamento defendido por Mário Zuliani e Dr. Eusébio Terra, apoiados, nesse momento, pelo próprio Pe. Humberto e outros. Foi a vitória dos que priorizam a formação profissionalizante de técnico-agrícola, para emprego e melhoria da qualidade de vida dos alunos, sua família e propriedade. Foi a vitória da escolarização 'suficiente' para trabalhadores, diferente do posicionamento 'humanista de cultura máxima' que proporciona aos alunos das EFAs formação competitiva com as melhores escolas do país. Enfim, foi a vitória da cultura técnica sobre a humanística, da 'comunicativa' sobre a 'expressiva' nos termos pasolinianos.

É preciso esclarecer, todavia, que, enquanto o Prof. Mario Zuliani tinha posicionamento definido, Pe. Humberto e outros operadores tiveram, sempre, posicionamento pendular. Talvez, dentro das condições específicas do MEPES do ano de 1978, o pêndulo da direção do C.F.R. priorizasse a formação técnica nas EFAs, com cursos para monitores mais curtos e pragmáticos.

Infelizmente, mais uma vez, na história, aos subalternos do campo foi negado o acesso aos clássicos da literatura que os posicionaria em nível igualitário no intercâmbio com a

35 Ver, *MEPES - Relatório Geral* (1980), p. 42 "Centro de Formação de Pessoal"; o mesmo *Relatório* (1981), p. 41 "Centro de Formação de Pessoal (CPF)"

36 *MEPES, Uma cultura para um mundo novo, Documentário, II simpósio.*

Universidade e mais fortes na luta para uma nova hegemonia cultural e escolar.

### 1978...até 2016

De 1978 em diante (quase 4 décadas), o C.F.R. do MEPES e o mundo acadêmico colaboraram de forma eventual, pragmática, cada instituição ‘nadando em sua raia’, portanto, não houve ‘intercambio’ no sentido estreito e profundo do conceito, quando os interlocutores reciprocamente se transformam: a Universidade perdendo o ranço formal elitista e academista e as Escolas da P.A. ultrapassando o limite escolar mediano, técnico-profissionalizante.

Todavia, mesmo numa direção mais pragmática e eventual, o C.F.R. resistiu e fez muitas coisas. Organizou cursos de formação complexos e de boa qualidade. Os relatórios documentam esse percurso.

Em paralelo, minhas atividades acadêmicas relacionadas ao Movimento da Pedagogia da Alternância continuaram por meio de participação em eventos, palestras, publicações, viagens de estudos, pesquisas, orientações de dissertação e teses acadêmicas.<sup>37</sup> Desse conjunto, cito duas que, mais recentemente, me envolveram: a primeira frustrante, a segunda gratificante.

### 2017-2018

A primeira. A convite de lideranças do MEPS (Mario Zuliani, Sergio Zamberlan, João Martins, Pe. Firmino e Paula Louzada coordenadora do CFR) elaborei um projeto de pesquisa: *As Escolas da Pedagogia da Alternância do MEPES: cinquenta anos de prática*. O objetivo geral era a revitalização do C.F.R.. Visava a oferecer, nos anos de 2017/18, em Piuma, em regime de alternância, um curso para monitores das 18 EFAs. Infelizmente, a proposta não encontrou apoio institucional para sua execução, em que pese sua aprovação pelo CNPq.

### 2020

A segunda atividade de destaque, ao contrário, foi muito gratificante. Em equipe, denominada ‘força tarefa’<sup>38</sup>, conseguimos, no ano de 2020, publicar, com o apoio da Assembleia Legislativa do Ceará, uma obra essencial para o Movimento: o *Livro de Lauzun: onde começou a pedagogia da alternância*, do Abbé Granereau. A obra, traduzida, aguardava essa oportunidade.<sup>39</sup>

É uma história emocionante e surpreendente narrada em forma de diário. Metaforicamente, é o ‘Evangelho’ do Movimento da Pedagogia da Alternância, documento testemunhal dos fatos e do espírito da criação de um novo sistema escolar, enraizado na cultura popular camponesa da França da primeira metade do século XX. Obviamente, todo empenho de tradução, correção, revisão, publicação etc. não teria sentido sem o entrelaçamento com a causa final: o movimento das EFAs, das CFRs, ECORs, enfim, dos CEFFAs e seus sujeitos: agricultores/as monitores/educadores/as, jovens estudantes,

37 Ver: Currículo Lattes & “Estudio bibliométrico sobre la Pedagogia de la Alternância en artículos científicos (1981-2019)”. Artículo de Hayashi M.C.P. et alii. Praxis educativa, vol. 26, N° 1 enero-abril 2022. E-ISSN 2313-934X. pp.1-28.

38 João Batista Begnami, Thierry De Burgrave, Elenilce Gomes de Oliveira e eu.

39 O livro de Lauzun: onde começou a pedagogia da alternância. Edições UFC. Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará. CEP. 60020-181 – Tel. (85) 3366.7766 (Diretoria), 3366.7499 (distribuição). Internet: [www.editora.ufc.br](http://www.editora.ufc.br) – E-mail: [editora@ufc.br](mailto:editora@ufc.br)

egressos/as e parceiros/as. (1ª orelha da capa e Carta circular à UNEFAB de 6 de abril de 2020).

Na segunda metade do ano de 2020 e durante o ano de 2021, participei de lançamentos dessa obra.

O primeiro ocorreu em 31 de agosto, promovido pela equipe de Fortaleza. Para muitos de nós era a celebração de um sonho: finalmente, a obra estava à disposição, em formato de **E-BOOK**, gratuitamente, para os leitores do Brasil.<sup>40</sup>

O conteúdo do livro nos ensina **que**, enquanto o campo produz e oferece o melhor para a vida do cidadão, o homem do campo é excluído do poder político e recebe quinquilharias assistencialistas de infraestrutura e de cultura, inclusive, uma escola de segunda categoria.

O livro, portanto, estimula na preparação de seus 'chefes', seus líderes, seus dirigentes por meio de uma escola nova, inventada pelo campo.

O autor, Pe. Granereau, escreveu e publicou esse diário em 1969. Tinha 84 anos. Atravessou uma terrível guerra mundial e nunca abandonou a luta. Ou seja, na prática, o livro ensina que toda **crise**, se é oportunidade de lucro para o capital, é também oportunidade para renovar nossos meios de luta contra-hegemônica.

Ou seja, o livro ensina a sermos **criativos** e operativos, fugindo do comodismo parasita que se vangloria do trabalho e **criatividade** do passado, bem como do burocratismo que prefere os escritórios às salas de **aula**, os funcionários aos alunos.

O segundo lançamento ocorreu no Norte/Amazônia, no mês de outubro.

O terceiro, em Minas Gerais, promovido pela A.M.E.F.A., por ocasião da quarta jornada pedagógica. agosto de 2021.

O quarto, no Espírito Santo, promovido pela UFES/MEPES, ainda em agosto 2021, por ocasião da Jornada Universitária da Reforma Agrária.

## CONCLUSÃO

Pessoalmente, penso que o Movimento político-pedagógico da Pedagogia da Alternância, encantado pela **originalidade** didática da Alternância, não consegue no Brasil dar o salto do técnico **de** nível Médio para o Ensino Superior. Assim, não consegue aprofundar a **problemática** da dialética campo-cidade e, menos ainda, enfrentar a luta pela hegemonia **do** sistema escolar nacional. O Movimento transmite e difunde suas técnicas didáticas, mas não transmite a alma inspiradora original: a necessidade da orgânica **integração** campo-cidade.

Para superar essa barreira, o Movimento precisa criar um curso superior de Licenciatura em Pedagogia da Alternância, **de** 4 anos, garantindo vagas para os melhores ex-alunos das EFAs de Ensino Médio e disponibilizando outras para interessados. Tal curso superior, de fluxo contínuo, seria o germe institucional do Centro Nacional de Formação e Pesquisa em Educação da Alternância.

Utopias?

40 Mais tarde, o livro seria disponibilizado também em papel.

## REFERÊNCIAS

- A.P.E.F.A. **Otra escuela en América Latina, plan de Formación de las Escuelas de la Familia Agrícola de Argentina.** Editorial Bonum S.A.C.I., Maipu 859 – Buenos Aires – Argentina. 1974.
- BEGNAMI, João Batista & DE BURGHRAVE, Thierry. **Pedagogia da Alternância e sustentabilidade.** UNEFAB, Orizona, GO, julho de 2013.
- CADERNOS do CEAS. **Chance aos agricultores.** N. 8, Salvador, Bahia, outubro de 1970.
- DE BURGHRAVE, Thierry. **Vagabundos, não senhor, cidadãos brasileiros planetários!** Orizona (GO), UNEFAB, 2011.
- DEL COL, Andrea. *I documenti del Sant'Officio come fonti per le storia istituzionale e la storia degli inquisiti.* [http://www.cromohs.unifi.it/11\\_2006/delcol\\_docsantuff.html](http://www.cromohs.unifi.it/11_2006/delcol_docsantuff.html); 01/07/2008.
- GROSSONI, Carla. *Andare: perché? Esperienze di cooperazione tra i popoli.* Ed. Pablycom, Vercelli, It. 2016.
- JESUS, Janinha Jerke. **Formação dos professores na Pedagogia da Alternância.** GM Editora, 2011.
- MARTINS, João. **Oportunidades do menino que não usava tamancos.** Editora Formar, Vitória, E.S., 2018.
- MEPES. **Uma cultura nova para um mundo novo. Documentário. II Simpósio, 1976.** Vitória, 20-24 de setembro, 1976. (mimeo).
- NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil.** Vitória, E.S., 2012.
- PADRE HUMBERTO PIETROGANDE. 50 anos de missão no Brasil. Organização Mariano Silva. Gráfica e Editora Alternativo. Vitória, E.S., 2012.
- PASOLINI, Pier Paolo. Entrevista *Botta e risposta sui fatti che scottano.* Saggi sulla política e sulla società. Arnoldo Mondadori Editore. I Meridiani. 6ª edição, Milano, 2012.
- ZAMBERLAN, Sérgio. **MEPES, o início da longa caminhada (1963-1980).** (mimeo).
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** Tradução Paulo Henriques Britto. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 211.

São Carlos/S.P., fevereiro de 2022.

## EPÍLOGO 1

com AEFARO de Rondônia-Ji-Paraná

Do dia 1º a 9 de março, a convite da Associação Estadual das Escolas Família Agrícola de Rondônia (A.E.F.A.R.O.), pela pessoa do Prof. Revelino Sebastião Neto Freitas, fui

a Ji-Paraná ministrar um curso de formação para Monitores e visitar algumas EFAs.

Há tempo existia esse projeto. Carla Grossoni da A.E.S. (Pádova/Itália) o havia sugerido. A pandemia nos atrasou. Para lá, enviamos cem (100) exemplares (em papel) da obra **O livro de Lauzun: onde começou a pedagogia da alternância**, do Abbé Granereau. O curso visava comentar essa obra.

Na oportunidade, também entreguei aos ouvintes rascunho deste depoimento, uma vez que uma questão em aberto era a necessidade (ou não) de completar o sistema escolar da P.A. criando um curso em nível superior e de fluxo contínuo em P.A.

O curso de formação em Ji-Paraná ocorreu na quinta e sexta feira (3 e 4 de março), nas adiacências da Paróquia São Sebastião, para cerca de 60 Monitores, Diretores, Funcionários das EFAs e interessados. O Pároco colocou toda a estrutura paroquial a disposição e fez a abertura do evento.

Na segunda feira, de manhã, visitamos a EFA Chico Mendes no município de Novo Horizonte do Oeste; na terça-feira pela manhã visitamos a EFA de Itapirema no município de Ji-Paraná; à tarde visitamos o escritório da AEFARO em Ji-Paraná. Na quarta, a caminho do aereoporto de Porto Velho, visitamos a EFA Dom Antonio Passamai de Jarú.

A viagem fez renascer esperanças.

No curso de formação, os participantes, por meio de dinâmica de grupo, levantaram muitas questões. As principais: a) as EFAs devem ser, prioritariamente, escolas de ‘chefes’, dirigentes, intelectuais orgânicos capazes de promover e desenvolver integralmente seu território de origem; b) a A.E.F.A.R.O. deve apoiar-se no Estado e na Igreja; c) nas EFAs, a fidelidade ao catolicismo, conforme ocorreu com Pe. Granereau, pode se tornar fidelidade à comunidade religioso espiritual da família de cada aluno, com o lema evangélico ‘amemo-nos uns aos outros’; d) a defesa dos pequenos e médios proprietários contra a invasão do latifúndio exige fortalecer o ensino e a prática do cooperativismo; e) o movimento da P.A. precisa oferecer aos alunos depois do Ensino Médio continuidade escolar superior, na mesma forma de convivência (internato), estudo (Planos de Estudo) e alternância (estágios) praticados nas EFAs de Ensino Fundamental.

Nas visitas às EAFs, a ‘conversa’ com alunos e monitores/professores foi longa e acalorada. Foram levantadas muitas ideias e atendidas curiosidades. Insistiram na necessidade de melhorar a produção e distribuição dos produtos típicos da região. Mesmo concordando com o Ensino Médio Integrado à profissão técnica, levantouse a ideia de organizar estágios adequados aos alunos que não pretendem ser técnicos em agricultura ou em agropecuária. Todos quiseram saber, sobretudo, como será o curso de ensino superior em alternância, depois do Médio: quantos anos, quantas vagas, seleção, certificação, conteúdos, alternâncias, custos etc.

Aqueles jovens, moças e rapazes, estudando, discutindo, perguntando, comendo, lavando louças e limpando a escola, escrevendo poesias, felizes de, finalmente, após o surto da pandemia, voltarem a viver presencialmente o internato em alternância, fizeram-me rejuvenecer. Era uma comunidade orgânica, uma família, não em substituição da sua (orfanatos), mas articulando as suas com a escola.

Tivi uma longa conversa com o Prof. Revelino. O assunto principal foi o salto para o ensino superior da Pedagogia da Alternância no Brasil: “Se criarmos esse curso – disse ele - tenho certeza que uns trinta/quarenta alunos de 4º ano de Ensino Médio das nossas

EFAs concorreriam à seleção.”

Outras questões apontadas foram:

1ª - É necessário que o Sistema Escolar da P.A. do Brasil crie um curso próprio de ensino superior? Por que isso não existe ainda no Brasil?

Considerando que os cursos de Educação do Campo das Universidades Federais são bons, mas, diferentes das Escolas da P.A., e, ainda, considerando que os ex-alunos de Ensino Médio das nossas EFAs precisam, nessa idade, continuar sua formação dentro do sistema pedagógico orquestrado pelo nosso movimento, a resposta foi positiva. Sobre a questão: ‘Por que isso ainda não existe no Brasil?’, não conseguimos responder com precisão; levantamos hipóteses.

2ª - Qual o direcionamento desse curso? Técnico ou Pedagógico? Qual a estrutura curricular geral? Qual a equipe docente?

O direcionamento geral sugerido foi de Licenciatura em P.A.

A estrutura curricular sugerida é de 4 anos, o 1º ano: imersão na bibliografia com alternância nas EFAs e Instituições da mesma Associação; o 2º ano: aprofundamento nos clássicos da dialética campo x cidade com alternâncias nas EFAs e Instituições em âmbito nacional; o 3º e 4º anos: realização do Trabalho de Fim de Curso (monografia) com alternâncias internacionais.

Quanto à equipe docente, a sugestão foi: um núcleo fixo de docentes e funcionários (3/4) e um círculo ampliado de docentes colaboradores em Educação à Distância.

3ª - Qual a Certificação do Curso? Isso muito preocupava o Prof. Revelino. Haveria alguma Instituição de Ensino Superior, pública ou privada, que aceitaria ser “barriga de aluguel”? Isso seria interessante?

Foi feita a seguinte consideração: o lastro de conhecimento e estima (capital cultural) existente no Brasil sobre a Pedagogia da Alternância permite acreditar na possibilidade da autonomia burocrático-institucional do Movimento. Não seria difícil apresentar na Secretaria de Educação Superior junto ao MEC uma proposta ou um Projeto Político Pedagógico, incluindo rica biblioteca (existente de forma esparsa) especializada na temática da alternância campo-cidade.

Revelino, inclusive, levantou a possibilidade de o Curso começar na e pela A.E.F.A.R.O.. Pessoalmente, defendi a ideia de o Curso se apoiar, inicialmente, em três ou quatro Associações mais motivadas e dispostas.

4ª - Como resolver o problema econômico-financeiro? Como sustentar esse curso? O ponto pé inicial (financeiro) deveria ser solicitado? A quem? Foi considerado interessante o sistema de “bolsas de estudos” individuais, integralizado pelas contribuições individuais dos alunos. Lembrou-se, ainda, a possibilidade de criar para apoio financeiro/infraestrutural fábricas de laticínios e de cosméticos típicos da região.

Concluindo: comentou-se a conveniências de uma ‘força tarefa’ realizar uma viagem de estudo à A.P.E.F.A./I.C.A.M. (na Ruta A009 – Camino Puerto Reconquista C.C. 21 3560 – Reconquista Santa Fe - Argentina - [aprendencias@gmail.com](mailto:aprendencias@gmail.com)), para visitar o Centro Nacional de Formação de Monitores.

“**Havemos de juntar el campo y la ciudad**”, cantava-se no Chile de Allende. É nossa luta, nossa utopia.



## EPÍLOGO 2

com AES-CCC de Pádova

Recentemente, passei cinco semanas de férias na Itália, de 08 de maio até 15 de junho. Por intermediação da amiga Carla Grossoni, a Senhora Presidente da AES-CCC<sup>41</sup>, Elena Cracco, convidou-me para uma conversa/reunião. Agendamos para 20 de maio, às 18 horas, na na séde da Associação, Praça *Caduti della Resistenza*, 4 - Padova (It.).

Coincidentemente, nesse mesmo dia, às 11.30, almocei com Giancarlo Pinaffo, em Forte Margueira. Tivemos uma conversa amigável. Também este encontro foi fruto das boas ‘costuras sociais’ de Carla Grossoni. Nos apresentamos. Estava ele de malas prontas para viajar ao Brasil (Amapá e Rondônia). Entreguei-lhe, em papel, o texto *Utopias não morrem* e comentei sobre minha ida, poucas horas mais tarde, à AES-CCC para solicitar apoio ao projeto de um curso superior de Pedagogia da Alternância no Brasil. Agradeceu o texto e prometeu enviar-me, além de um comentário ao texto, um relatório de sua viagem. (Recebi os dois.)

Vamos, agora, à reunião na AES-CCC de Padova. Gentilmente, às 18 horas, Elena Cracco foi nos buscar à estação de trem. O combinado era que eu explanasse e justificasse meu pedido de ajuda. Comigo estava minha companheira Cícera Aparecida do Prado (Cissa).

Em síntese, disse duas coisas: a) que o projeto do curso de Licenciatura em Pedagogia da Alternância representa hoje o resgate de uma dimensão importante da complexa obra de Pe. Humberto Pietrogrande, a saber, do C.F.R. (Centro de Formação e Reflexão), coração dinamizador, na expressão dele, de todas as atividades de educação e promoção; b) que o apoio inicial da AES-CCC a esse projeto representaria uma ação assistencial no sentido mais positivo, pois seria o “empurrão inicial” a um organismo (o Movimento brasileiro da Pedagogia da Alternância), potencialmente forte, mas, na atualidade, impotente (bloqueado) para dar o passo do Ensino Médio [*Scuola Media Superiore*, em Itália] para o Ensino Superior.

No final da exposição, pontuei quatro pedidos de ajuda (a sequência é aleatória):

1º Criação de uma Associação Brasileira de Amigos da P.A., com edição e divulgação de um Boletim Informativo trimestral (virtual e em papel);

2º Redação e o Encaminhamento ao M.E.C. (Ministério da Educação e Cultura do Brasil) do Projeto Político Pedagógico (PPP, nomenclatura oficial) da Faculdade da Pedagogia da Alternância;

3º Realização de uma Viagem de Estudo ao I.C.A.M. (Instituto de Capacitação de Monitores) da Argentina, a fim de conhecer esse importante Centro Nacional de pesquisas e formação em Pedagogia da Alternância;

---

41 A.E.S. (Associação Amigos do Espírito Santo [Brasil]), nasceu na cidade de Padova, em 1966, com a função de apoiar a obra missionária de Pe. Humberto Pietrogrande S.J. Hoje, com a denominação de AES-CCC (Centro de Colaboração Comunitária), é um Organismo-non-Governativo de Cooperação Internacional (ONG), reconhecido na Itália pela Região Vêneto, pelo Ministério do Exterior bem como pela União Europeia. A AES-CCC ocupa-se, de forma especial, do crescimento autônomo das comunidades locais, rurais e urbanas, de Países do Sul do Mundo, por meio de programas para seu desenvolvimento. Em intercâmbio cultural entre povos e em cooperação internacional atua por meio de eventual envio de voluntários, projetos de formação, iniciativas de informação, divulgação e sensibilização das problemáticas da educação para o desenvolvimento. (Texto, livremente traduzido, extraído de um *folder* institucional da AES-CCC).

4ª Edição e Divulgação, em papel, de 1.000,00 (hum mil) exemplares de **O livro de Lauzun - onde começou a pedagogia da alternância**, Edições U.F.C. (Universidade Federal do Ceará), Fortaleza 2020, hoje disponibilizado apenas em E-BOOK.

Após comentários, encerramos nossa restrita reunião, com o impenho, por parte de Elena, de comunicar aos membros da Assembleia uma síntese de minha fala, enviando a todos o texto *Utopias não morrem*. Estavam presentes: Elena Cracco e Daniela Franco, além de Cissa.

Poucos dias depois, Elena me telefonou dizendo que sócios da AES-CCC manifestaram desejo de eu retornar à sede da Associação para repetir minha palestra diante da própria Assembleia. Portanto, perguntou se estaria disposto e em condições para voltar. Respondi de forma afirmativa e marcamos a data de 09 de junho, às 19 horas. Elena voltaria a nos buscar à estação de trem.

Não sei o que determinou esse segundo encontro. Posso imaginar que Carla e alguém do grupo pro-Brasil tenham solicitado a Elena uma reunião mais “numerosa num ‘clima’ brasileiro”. De fato, a Presidente, muito solícita, organizou esse 2º encontro na casa do conselheiro-AES, Valter Giantin e de sua esposa (socia-AES) Cecilia Tumiatti. Estavam presentes, além do casal, Elena Cracco (presidente), Daniela Franco (vice-presidente), os conselheiros Alessandro Zuliani, Silvia Galtarossa, Francesco Tosetto, Elena Pietrogransde (sócia) e Carla Grossoni (sócia). Esta, infelizmente, chegou atrasada, devido a um grave acidente ferroviário [um suicídio na linha de trem].

O clima da reunião foi muito gostoso, com cerejas maduras e excelente pizza. Houve troca de informações, muitos questionamentos e algumas explicações.<sup>42</sup> Todo mundo falou. Eu repeti, em síntese, o que havia dito na restrita precedente reunião. Vários dos presentes haviam lido o texto. Por isso, as indagações eram mais objetivas: “Afinal, por que uma Licenciatura em Pedagogia da Alternância? Qual o perfil e o número provável de alunos? Por que quatro anos de curso? Onde? Com que recursos? Qual a equipe docente? Qual a infraestrutura (biblioteca, secretaria etc.)? Qual o apoio nacional? Por que não um curso de dois anos no máximo?”<sup>43</sup> Quem certificaria o curso (diploma)? Etc.etc.”

Tentava responder. Havia obstáculos de “linguagem”. O mais obvio: a cultura e legislação brasileiras diferem das italianas. Todavia, o mais sério obstáculo, do meu ponto de vista, era representado pela existência de diferentes concepções sobre o processo histórico e sobre o programa formativo escolar para classes subalternas. Explico: a história não é uma máquina que funciona quando todos os determinantes técnicos estão garantidos, é um processo dialético vivo do qual se vislumbra um horizonte ideal para onde se pretende ir e em direção ao qual é preciso dar o primeiro passo. Os demais passos concretos do caminho veem depois: “O bom Aristóteles sugeria que o primeiro passo é o que interessa.”<sup>44</sup> Sobre o programa formativo, pensava eu, ‘dentro de mim’, infelizmente, ao se tratar de subalternos, tendemos instintivamente a abaixar o nível do percurso: afinal, espontaneamente, cremos que para esses alunos

42 Nota pessoal: reví e abracei Carla, companheira de trabalho dos primeiros tempos do MEPES, após cerca de 50 anos. Emocionante!

43 Giancarlo Pinaffo, mais tarde, a título pessoal, comentando o texto *Utopias não morrem*, sugeriu um curso emergencial de um ano.

44 Citação secundária, extraída do livro: “*A piedi*” (a pé), de Silvio Zarattini, Edizioni Messaggero, Padova, 2005, p. 83.

seja suficiente algo modesto, até porque nossas possibilidades de ajuda são escassas. Não é difícil entrever, deste meu pensar 'dentro', a influência de leituras como de A. Gramsci, P.P.Pasolini e P.Freire, para os quais, à máxima opressão responde-se com a máxima cultura. Não me refiro à cultura formal acadêmica, mas à cultura viva que ensina a conhecer-se a si próprios na fundamental função histórica.

A proposta/aposta educativa da Pedagogia da Alternância no Brasil é grande e profunda. O País sofre os trágicos efeitos da não resolvida contradição (divórcio) entre campo-cidade. Para se ter uma mínima ideia dos desastres, sociais e ambientais, causados pela falta de reforma agrária, é só visitar as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Belém etc. Ora, a abordagem histórico-científica dessa situação e seu encaminhamento técnico-político não é tarefa de iniciantes, nem de cursos breves. É preciso ler os clássicos da relação "campo-cidade", Hesíodo, More, Vico, Gramsci, Raymond Williams, Carlos Nobre (vivente, brasileiro), para citar alguns nomes de memória. É preciso estudar e ler esses e outros clássicos sem deixar de praticar as autênticas mediações didáticas da Pedagogia da Alternância.

Antes de qualquer decisão, creio que agora e aqui vale a pena esclarecer o sentido e a estrutura de um eventual curso de Licenciatura de quatro anos. Preliminarmente, considere-se que o sistema escolar superior brasileiro é diferente do italiano. Além disso, considere-se também que a proposta dentro do sistema da Alternância exclui qualquer segregação dos "alunos" da vida real, pois são quatro anos de alternância entre o estudo e as atividades profissionais e de estágio, sob orientação.

Concretamente, pode-se imaginar dois biênios de curso, sendo que no primeiro ano (do primeiro biênio) haveria um mergulho (leitura/estudo) nas obras principais existentes no Brasil sobre a Pedagogia da Alternância, com estágios em várias EFAs nacionais; no segundo ano (do primeiro biênio) o foco seria estudar os clássicos da relação dialética campo-cidade, preparando ao mesmo tempo o projeto para o Trabalho de Final de Curso. A aprovação desse projeto poderá representar o encerramento do 1º biênio. O segundo biênio, 3º e 4º ano, talvez com aulas de Métodos e Técnicas do Trabalho Científico, consistirá, essencialmente, na realização do TCC com estágios em EFAs, Instituições e Empresas, inclusive, fora do Brasil.

Portanto, no segundo biênio, praticamente, os "estudantes" estudam, escrevem e estagiam de forma bastante autônoma, continuando o exercício de suas atividades profissionais regulares, acompanhados, porém, "de perto", por orientadores, individual e grupalmente. A monografia ou o T.F.C. será defendida ao final do curso.

Este "esboço" (quase imaginário) visou a demonstrar que um percurso formativo de quatro anos, dentro da Pedagogia da Alternância, pode e deve ser um percurso realizado na e pela integração à prática profissional. Formação por Alternância, em alternância e para a alternância.

Neste momento, todavia, baste-nos tornar a lembrar as palavras do bom Aristóteles: "O primeiro passo é o que interessa" (*idem ibidem*). A reunião na casa de Valter e Cecília comprovou, entre todos, que algo deve e pode ser feito para que o Movimento Educativo Promocional desencadeado por Pe. Pietrogrande dê o salto da escolarização básica para a superior. Pessoalmente, me esforçava de explicar que o Movimento da Pedagogia da Alternância no Brasil estava "bloqueado", em que pese a existência de importantes e positivas condições concretas. Exemplo: em alguma região (em Rondônia... mas não só!) havia um forte espírito pioneirístico entusiasta pela ideia; muitos alunos de 3º e 4º ano de ensino Médio das EFAs desejavam dar o passo para a escola superior continuando a viver as genuínas mediações didáticas da pedagogia da

alternância; a literatura sobre a temática no Brasil era consistente, vasta; nem seria difícil reunir uma rica biblioteca para a aprovação do projeto por parte do Governo, como também não seria difícil reunir uma restrita equipe docente (núcleo duro), academicamente equipada com títulos e conhecedora da temática (doutores, mestres e operadores de reconhecida competência); seria também fácil agregar bons nomes de docentes para ministrarem à distância disciplinas complementares (núcleo ampliado). Quanto aos espaços físicos, a dificuldade seria só de escolha. Finalmente, a Pedagogia da Alternância possui boa reputação nacional, boa tradição, boa legislação favorável e goza de prestígio no Brasil. Isso tudo facilita enormemente seu credenciamento e, portanto, a certificação oficial.

No encerramento da reunião, foi sugerido que uma ou mais Associações do Brasil encaminhassem formalmente o pedido de ajuda à AES-CCC, na esperança que “alguma coisa seja possível!”- deixou entender Elena Cracco.

Na despedida, houve secção de fotos e abraços.

No dia 13 de junho (Santo Antônio de Pádua), em Pádua, tive uma bela conversa com o Prof. Dr. Francesco Lazzari, contato também este proporcionado pela Carla. O professor, a princípio, aceitou colaborar com a ideia. Note-se que, além da competência e interesse pelo assunto, se expressa muito bem na língua portuguesa brasileira. Nomes assim são importantes para qualificar o projeto e conferir-lhe prestígio acadêmico, facilitando a aprovação junto ao Ministro da Educação do Brasil.

De volta ao Brasil, na quarta feira 06 de julho, às 18 horas, puxada por João, tivemos uma vídeo-conversa. Além de João Begnami, entraram na sala Thierry De Burghgrave, Revelino Sebastião Neto Freitas, Idalino Firmino dos Santos e eu. Nessa conversa pude detalhar os contatos com AES-CCC e trocar opiniões.

Considerando que João participará, em 20 a 22 de julho, em Piúma, de uma reunião da UNEFAB, fui solicitado para redigir este breve relatório.

É o que acabei de fazer, desejando ao João Boa viagem e fecunda reunião.

Na volta, haverá nova vídeo-conversa para definição da forma e conteúdo do projeto de financiamento a ser enviado à AES-CCC.

São Carlos, 15 de julho de 2022.